



REVISTA DA ACADEMIA
BRASILIENSE DE
LETRAS - ABrL

REVISTA DA ACADEMIA BRASILIENSE DE LETRAS - ABrL

ANO III, FASE 2 , Nº 6 – 2024



Presidente

Fabio de Sousa Coutinho

Vice-Presidente

Roberto Rosas

Secretário Geral

Edmílson Caminha

1º Secretário

Ronaldo Costa Fernandes

2º Secretário

Danilo Gomes

Tesoureiro

Afonso Ligório

Comissão de Contas

Anderson Braga Horta, Napoleão Valadares e José Jeronymo Rivera

Todos os direitos reservados de acordo com a lei.
Composto e impresso no Brasil. Printed in Brazil.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
--------------------	---

POESIA

Lêdo Ivo

A Cadela	8
Acontecimento do soneto	9
Canto Grande	10
Planta de Maceió	12
Os peixes	13
A recompensa	14

Ronaldo Costa Fernandes

A invenção do passado	15
O sobrevivente	16
Forma e reforma	17
O verde é meu vizinho	18
Lembrança	20

CONTOS e CRÔNICAS

Afonso Arinos "Arrependimento, talvez. Vergonha, nunca!" (Parte 1)	24
<i>Edmílson Caminha</i>	

Afonso Arinos "Arrependimento, talvez. Vergonha, nunca!" (Parte 2)	31
<i>Edmílson Caminha</i>	

O aposentado	37
<i>Jorge Sá Earp</i>	

ARTIGOS e RESENHAS

Direito e Literatura: o discurso de posse de Miguel Reale na Academia Brasileira de Letras	52
<i>Arnaldo Godoy</i>	

O Resumo da Ópera	57
<i>Hugo Napoleão</i>	

90 anos de uma dignidade existencial e poética	61
<i>Ronaldo Cagiano</i>	

ORAÇÕES ACADÊMICAS

Recepção de Alberto Bresciani a Ana Maria Lopes	66
--	----

Discurso de posse de Ana Maria Lopes	72
---	----

Recepção de Roberto Rosas na posse de Arnaldo Godoy	79
--	----

Discurso de posse de Arnaldo Godoy na Academia Brasiliense de Letras	81
---	----

Recepção de Ronaldo Costa Couto a Lucília de Almeida Neves Delgado	92
---	----

Discurso de posse de Lucília de Almeida Neves Delgado	98
--	----

ACADEMIA BRASILIENSE DE LETRAS - ABrL

Quadro Acadêmico e Patronos	125
-----------------------------------	-----

APRESENTAÇÃO

No ano do centenário de nascimento de Lêdo Ivo, o sexto número digital da Revista da Academia Brasileira de Letras presta sua homenagem ao grande poeta alagoano, abrindo a sua sessão de Poesia com sete poemas selecionados por nosso confrade Ronaldo Costa Fernandes, que também se faz presente com versos de sua premiada autoria.

Em Contos e Crônicas, destaques são o jornalismo literário, com a entrevista que o acadêmico Edmilson Caminha fez com Afonso Arinos de Melo Franco, figura exponencial da política e da cultura de nosso país no século passado, e um conto de Jorge Sá Earp, escritor e diplomata, na melhor tradição intelectual da Casa de Rio Branco, a que Jorge serviu durante tantos anos.

Em Artigos e Resenhas, Arnaldo Godoy analisa o importante discurso de posse de Miguel Reale na Academia Brasileira, Hugo Napoleão oferece um resumo de seu futuro livro de memórias e Ronaldo Cagiano faz justa reverência ao acadêmico Anderson Braga Horta, que, neste final de 2024, completou jubilosos 90 anos de idade.

Ressalto, por último, a presença dos discursos proferidos nas três posses acadêmicas realizadas no ano que ora se encerra, totalizando seis peças de relevante conteúdo histórico e literário.

Desejo a todos um ano de 2025 com importantes conquistas e realizações, nos planos pessoal e profissional, sempre na companhia de boas leituras como a que a Academia Brasiliense de Letras busca proporcionar com a presente edição de sua Revista.

Brasília, DF, 2 de dezembro de 2024

Fabio de Sousa Coutinho
Presidente da ABrL

A vintage typewriter is shown from a front-facing perspective. A blank sheet of paper is inserted into the carriage. The typewriter has a dark body and a light-colored keyboard. The background is a blurred landscape featuring a body of water and mountains under a bright sky. The word "POESIA" is printed in a bold, black, serif font on the white paper.

POESIA

POEMAS DE LÊDO IVO

A CADELA

Atraídos pelo cheiro de sangue de suas entranhas
os cachorros seguem a cadela no cio como se fossem o séquito
de uma negra rainha. E a farejam num movimento impudico
que talvez merecesse ser chamado de amor.
A cadela finge que a perseguição a incomoda
e negaceia como as mulheres requestadas.
Um odor penetrante de vida a acompanha
entre os dois sóis que limitam a passagem do dia.
À noite, quando a encerram no galpão,
os cachorros ficam do lado de fora, desolados e fiéis.
E seus ganidos na escuridão nos ensinam
que o amor é uma paixão inútil, uma porta fechada.

POEMAS DE LÊDO IVO

ACONTECIMENTO DO SONETO

À doce sombra dos cancioneiros
em plena juventude encontro abrigo.
Estou farto do tempo, e não consigo
cantar solenemente os derradeiros

versos de minha vida, que os primeiros
foram cantados já, mas sem o antigo
acento de pureza ou de perigo
de eternos cantos, nunca passageiros.

Sôbolos rios que cantando vão
a lírica imortal do degredado
que, estando em Babilônia, quer Sião,

irei, levando uma mulher comigo,
e serei, mergulhado no passado,
cada vez mais moderno e mais antigo.

POEMAS DE LÊDO IVO

CANTO GRANDE

Não tenho mais canções de amor.
Joguei tudo pela janela.
Em companhia da linguagem
fiquei, e o mundo se elucida.

Do mar guardei a melhor onda
que é menos móvel que o amor.
E da vida, guardei a dor
de todos os que estão sofrendo.

Sou um homem que perdeu tudo
mas criou a realidade,
fogueira de imagens, depósito
de coisas que jamais explodem.

De tudo quero o essencial:
o aqueduto de uma cidade,
rodovia do litoral,
o refluxo de uma palavra.

Longe dos céus, mesmo dos próximos,
e perto dos confins da terra,
aqui estou. Minha canção
enfrenta o inverno, é de concreto.

Meu coração está batendo
sua canção de amor maior.
Bate por toda a humanidade,
em verdade não estou só.

Posso agora comunicar-me
e sei que o mundo é muito grande.
Pela mão, levam-me as palavras
a geografias absolutas.

PLANTA DE MACEIÓ

O vento do mar rói as casas e os homens.
Do nascimento à morte, os que moram aqui
andam sempre cobertos por leve mortalha
de mormaço e salsugem. Os dentes do mar
mordem, dia e noite, os que não procuram
esconder-se no ventre dos navios
e se deixam sugar por um sol de areia.
Penetrada nas pedras, a maresia
cresta o pêlo dos ratos perdulários
que, nos esgotos, ouvem o vômito escuro
do oceano esvaído em bolsões de manguê
e sonham os celeiros dos porões dos cargueiros.
Foi aqui que nasci, onde a luz do farol
cega a noite dos homens e desbota as corujas.
A ventania lambe as dragas podres,
entra pelas persianas das casas sufocadas
e escalavra as dunas mortuárias
onde os beijos dos mortos bebem o mar.
Mesmo os que se amam nesta terra de ódios
são sempre separados pela brisa
que semeia a insônia nas lacraias
e adultera a fretagem dos navios.
Este é o meu lugar, entranhado em meu sangue
como a lama no fundo da noite lacustre.
E por mais que me afaste, estarei sempre aqui
e serei este vento e a luz do farol,
e minha morte vive na cioba encurralada.

POEMAS DE LÊDO IVO

OS PEIXES

Os peixes estão no lago, os dardos escondidos.
Entre as pedras e o lodo eles avançam
túrgidos como o amor.
Venha a mão do desejo turvar a água clara
e eles serão o amor, o sol que penetra em gretas
nupciais,
as espadas cobertas de saliva.

A RECOMPENSA

Eis a dádiva da noite:
fenda, cova, gruta, porta
casto pássaro sem canto
cisterna oculta no bosque
concha perdida na praia
viva natureza-morta.
Um corredor de coral
matriz e canal de mangue
trilha, sebe, valva, furna
voluta cheia de adornos
desfiladeiro da tarde
tumba de sol e corola
sereno da madrugada.
Manga madura da infância
que cai num chão de mentira
sol de lábios e camélias
esconderijo dos sonhos
caminho do descaminho
brancura negra da carne
pousada em seu próprio ninho
abertura pura e escura
entre-fechado botão
ou entreaberta rosa
na noite misteriosa.

POEMAS DE RONALDO COSTA FERNANDES

A INVENÇÃO DO PASSADO

Sou apenas personagem
de um sonho do qual nunca sairei.
E mesmo acordado,
repetirei as mesmas histórias
que chamarei de passado.
Ao nascer sonhei que nasci,
mas ao morrer
se apagarão todas as minhas ações
e os outros as lembrarão
como sonhos que tiveram
com um personagem
chamado Ronaldo Costa Fernandes.

O SOBREVIVENTE

O sobrevivente
faz hora extra neste mundo.
Sobreviveu
à pedra no meio do caminho.

Tudo nos superviventes é mais veloz:
os cavalos yahoos,
as lanchas de mares nunca dantes navegados,
o transatlântico das mansardas,
as quatro estações de esqui.

A roleta que faz o cidadão subvidente
nunca bate no buraco em que vive.
A catástrofe ele marmita
na quentinha dos ônibus.

Já o vivente tem mania do meio:
meia ideia de ser inteiro.
Escaninho
é uma palavra meio vivente.
Crê na especialidade
que é uma espécie de gaveta só de meias.

FORMA E REFORMA

Ando cansado de ser ereto.
Minha quinta coluna
está infiltrada por entroncamentos.

Tampouco gosto
do método do rastejo.
Muito menos penso na morte
e sua voracidade horizontal.

Queria ser pluma,
mas tenho medo
de não saber flutuar.

As vezes que flutuei
fui levado à tonelada
da falta de ar.

Penso em reformar,
mas azulejo meu desatino
– tino que se desata –,
ergo a parede do início
e temo a argamassa do informe.

O VERDE É MEU VIZINHO

De minha janela,
o verde me vê.
Sinto-me constrangido,
porque sou maduro.
Pensa de mim
que sou das espécies sem seiva
e meus galhos são inflexíveis
como um ponto de exclamação.

Não distingue bem
o que é uma máquina
e meu corpo:
acredita que sou
mais um aparelho doméstico.

Tenho o aspirador a ambições,
o ar-condicionado pelas emoções,
o tapete para onde varro
o lixo da memória
e que falo sozinho
como um rádio.

Olha-me sempre sentado
e acredita que
sou como os Budas
que são estátuas
do que Freud chamou
de a felicidade do quietismo.

Que junto letrinhas a ver
se florescem ou murcham.
Não com a seca ou a chuva,
mas a ingênita lavoura da diáspora
que abre o mar morto dos sonhos
na canaã da folha em branco.

O verde que me vê num quadro
se espanta
com a figura imóvel entre móveis que não se movem,
e estranha
uma árvore marrom ter seu ninho na cabeça e o respirar dos
bichos
que não se rega
e tem raízes dentro do tronco.

Pensa o verde
que habito o homológico
que é um zoológico dos homens.
E dentro do homológico
tenho o hábito noturno
da espécie dos *homo melancolicus*
que é uma categoria
do homo pouco sapiens.

O verde pensa que lhe sou vizinho.
Uma pele de celulose,
me agasalho de palavras.
Se não escrevo, desmatado,
a ecologia do corpo
me inflama de queimadas.

O verde estranha
eu não alimentar nenhum pássaro de fogo
e, na sagração da primavera,
mal floresço
o verdor que perdi.

POEMAS DE RONALDO COSTA FERNANDES

LEMBRANÇA

Não me lembro do que esqueci.
O dente de leite
que caiu no café da manhã?
A estrela cadente
que não incandesceu nos meus olhos?
A água viva que matou o verão?
O abraço de madeira
no corpo florido do meu pai?
A morte se maquia;
por isso, minha mãe saía à rua falecida.
A lágrima é um colírio
que se pinga de dentro para fora.
Um colírio que não alivia.
Só não posso esquecer que sou gente.
Não quero ter uma vida de cão.

Estudei pra burro
para não ser um asno.
Tampouco quero ser floresta.
Cresço melhor à noite.
Minha fotossíntese
é uma dialética
entre a tese da treva
e a antítese do florescente mal
de respirar minha inspiração.

Amanhã, se alguém me chamar na rua,
direi que sou passante.
E os passantes não têm nome.
Passantes são animais pequenos
que não têm nome como as pedras.
Só as pedras gigantes têm nome.
Sou muito pequeno
para um monte de coisas.

A vintage typewriter is the central focus, shown from a front-facing perspective. A white sheet of paper is held in place by the carriage. The typewriter's keyboard, with its characteristic curved keys, and the carriage mechanism are clearly visible. The background is a soft-focus image of a boat on a body of water, suggesting an outdoor setting. The overall color palette is muted, with a mix of greys, blacks, and whites, giving it a classic, artistic feel.

**CONTOS E
CRÔNICAS**

AFONSO ARINOS

“ARREPENDIMENTO, TALVEZ. VERGONHA, NUNCA!”

(PARTE 1)

Edmílson Caminha

Em 1986, Afonso Arinos de Melo Franco me concedeu com exclusividade, no Rio de Janeiro, uma longa e substancial entrevista para o jornal *Diário do Nordeste*, de Fortaleza. Jurista, escritor, membro da Academia Brasileira de Letras, jornalista, professor, parlamentar – com mandatos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal –, Ministro das Relações Exteriores por duas vezes, dirigia, à época, o Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas. A convite de José Sarney, presidia a Comissão de Estudos Constitucionais, que deveria estabelecer os parâmetros da Carta Magna da Nova República.

Nascido em Belo Horizonte, no ano de 1905, e falecido no Rio de Janeiro, em 1990, Afonso Arinos pertence a família ilustre, filho de Afrânio de Melo Franco e sobrinho homônimo de Afonso Arinos, o famoso contista de *Pelo sertão*. É um dos mais representativos nomes da sua geração, ao lado de Pedro Nava e de Carlos Drummond de Andrade. Sobre ele disse o acadêmico Américo Jacobina Lacombe, na abertura da exposição com que a Casa de Rui Barbosa lhe festejou os oitenta

anos: “Nada lhe falta em competência, em honradez, em sensibilidade, para exercer, na difícil fase atual da vida brasileira, a elevada função de modelador da nova fisionomia institucional da nação”.

Na entrevista, até hoje publicada apenas em jornal, Afonso Arinos discorreu sobre democracia, ditadura, presidencialismo, parlamentarismo, religião, Poder, Jânio Quadros, Dom Aloísio Lorscheider... Afirma que é, na Igreja, “uma espécie de PSD, minha posição é ao lado do Papa – na situação, portanto...” E declara, quanto à política: “Sou muito capaz de fazer coisas de que me arrependa, mas nunca de que me envergonhe”.

• • •

Por quase vinte anos o senhor se manteve afastado da cena política brasileira. Sua volta, para presidir a Comissão de Estudos Constitucionais, representa um voto de confiança na chamada “Nova República”. Como vê o desempenho do presidente Sarney nestes primeiros dez meses de governo?

— Ainda é um pouco cedo para dizer que a Nova República esteja aprovada pelo povo. Mas não há dúvida de que vem sendo bem aceita, no sentido de que desperta fundadas esperanças. Uma fase de transição, como a que o País está atravessando – e que o presidente Sarney tem administrado com habilidade –, é necessariamente um período de contradições, porque a mudança não se fez pelo esmagamento das forças adversárias, tal como aconteceu nas diversas vezes em que o Brasil esteve entregue a ditaduras, civis ou militares.

A transição se tem caracterizado precisamente pelo contrário – pela garantia de manifestação de todas as divergências e pela absorção daquelas oposições que podem marchar para uma integração, no sentido do trabalho comum. Isso não é fácil, porque pressupõe a consolidação das forças partidárias, o que se deu melhor no início da Nova República do que agora. Mas o problema da transição, numa sociedade complexa como a brasileira, é sempre muito delicado, porque depois da repressão vem, necessariamente, a explosão – a repressão social conduz à explosão social. Ora, se não estamos num período de explosão social, em termos de violência, de certa maneira estamos, na medida em que a retórica, o discurso são extremamente explosivos em todas as suas formas – no parlamento, na imprensa, nas entidades representativas das diferentes atividades sociais. Períodos assim são de definição difícil. Não se pode definir, mas se pode compreender: nem sempre a indefinição exclui a compreensão. É que, quando os elementos são muito complexos, a gente compreende mas ainda não pode definir. É o que está acontecendo com o Brasil, a meu ver.

E as manifestações pelas eleições diretas para Presidente, ainda agora, em 1986?

— Nós estamos começando a viver uma experiência muito forte de democracia participativa. A democracia participativa contribui para a legitimação e a consolidação da democracia representativa, mas uma não pode substituir a outra. O que se está dando agora no Brasil – a tendência de a

participação substituir a representação – é algo que não deve ser aceito. A participação é uma forma de confirmar e robustecer a representação, por meio do voto, dos partidos. Hoje, por falta de hábito e mesmo de conhecimento, os grupos de participação acham que as manifestações diretas, de massa, devem ser imediatamente transformadas em ação governativa. Isso é impossível. É preciso que se tenha bem nítida essa ideia.

Como o senhor viu a eleição de deputada Maria Luiza Fontenele para a prefeitura de Fortaleza?

— Fortaleza, hoje, presta-se bem como exemplo do que quero demonstrar. Essa jovem brasileira, cuja vitória foi realmente extraordinária, mostrou-se capaz de converter a participação social em representação eleitoral. Porque uma coisa leva à outra: a participação social, em Fortaleza, liquidou as forças políticas tradicionais e levou um pequeno partido, o PT, à maioria representativa, num processo perfeitamente legítimo. O que não se pode aceitar são minorias a promover agitação nas ruas sem uma correspondente representação eleitoral.

O senhor foi ministro do presidente Jânio Quadros, agora prefeito de São Paulo, vitória surpreendente para muitos analistas da política brasileira. Como se explica a “ressurreição” política de Jânio? Ele voltará a disputar a Presidência?

— A explicação para o sucesso de Jânio não me parece difícil, porque se previa desde antes. Os próprios adversários perceberam que a emergência do seu nome se estava alas-

trando muito além dos limites do janismo de antigamente. Porque ele passou a incorporar uma série de forças que se sentiam ameaçadas pelo possível predomínio de determinadas correntes no quadro da candidatura oposta. A vida econômica, em São Paulo, interfere poderosamente no sentimento popular, em parte devido ao peso dos oriundos de outros estados no contingente eleitoral – se se fizer hoje uma pesquisa demográfica, talvez o número de eleitores nascidos na cidade de São Paulo seja menor que o de não nascidos. Então aquele fascínio, aquele prestígio nacional advindo da trajetória política de Jânio pode ter atraído uma enorme quantidade de votos de gente com domicílio eleitoral na cidade de São Paulo mas que não nasceu lá. Quer dizer, o fenômeno é nacional. E exatamente por isso, sua segunda pergunta tem razão de ser. Existe hoje no País uma mobilização, a meu ver equivocada, de certa facção da esquerda, que acabará por favorecer uma possível candidatura de Jânio à Presidência. Quando líderes da esquerda dizem que o Brasil se deve preparar para uma luta armada, a declaração, feita dessa maneira, surte o efeito contrário ao pretendido. Certo líder popular afirmou recentemente que não acredita em eleição, em partido, e que o País marcha para um confronto armado. Dizer isso mobiliza imediatamente as forças opostas, que resolvem reagir contra a possibilidade de um conflito interno. O que leva o desfecho do problema a uma inquietante interrogação, porque no fundo as Forças Armadas, as verdadeiras Forças Armadas, são muito mais poderosas do que qualquer facção disposta a patrocinar

a luta. Então quem se queixa, com toda razão, dos vinte anos de ditadura militar, quem pretende afastar de vez os militares das decisões políticas, quando faz declarações como essa está mobilizando o Exército para aquilo que é obrigação dele: impedir que estoure uma guerra civil no País.

Como jurista importante, qual, na sua opinião, deverá ser o espírito fundamental da nova Constituição brasileira?

— Do ponto de vista estritamente legal, no que diz respeito às estruturas jurídicas dos três poderes, a característica deverá ser uma boa “arquitetura”, que consiga estabelecer as responsabilidades do Legislativo, do Executivo e do Judiciário, com suas atribuições rigorosamente definidas e nitidamente compreendidas – como se vê nas constituições da França, da Espanha, de Portugal, da Grécia e de outros países que emergiram da Segunda Guerra Mundial. Quero dizer com isso que devemos, a meu ver, abandonar a tradição exclusivista do presidencialismo brasileiro, que em cem anos de existência viveu mais da metade sob governos de exceção. Se somarmos todos os períodos de ditadura por que passamos, incluídas as veladas – sob estado de sítio, intervenção federal e outras medidas previstas na Constituição de 1891 –, chegaremos a esse total. Vê-se então que o presidencialismo é um regime fracassado, que, se mantido, continuará a fracassar. Precisamos partir para um regime que eu chamaria de “parlamentar congressional” – regime de combinação de poderes, enfim. Isso não é difícil, e deverá ser estabelecido no projeto. Acredito que seja uma posição definida já dentro da Comissão de Es-

tudos Constitucionais. O que há é que tal proposta não é uma coisa popular no sentido da aceitação, da absorção, porque as pessoas, a rigor, não sabem o que é presidencialismo nem parlamentarismo. A conquista da aprovação popular terá de ser feita, também, por meio do sistema representativo – quer dizer, da campanha eleitoral, da pregação ideológica dos partidos. No aspecto social, a Constituição deverá ter também um caráter comum, hoje, a todas as constituições modernas: que ela não represente o *poder* do Estado sobre o cidadão, mas o *dever* do Estado para com o cidadão, no atendimento das suas necessidades, carências, frustrações e esperanças. A própria anatomia das constituições modernas é diferente: começa pela apresentação dos direitos sociais, depois é que trata da estrutura do Poder. Acho que a nova Constituição deverá ser assim. Com um detalhe importantíssimo: devemos evitar que ela seja uma Constituição de crise, no sentido de que tenha a intenção, apenas, de resolver as crises atuais – da inflação, do desemprego, da seca no Nordeste, das enchentes no Sul. Esses problemas são cíclicos, periodicamente se repetem com maior ou menor intensidade, dependendo da resposta do Governo. Se se fizer uma Constituição de crise, passa a crise e fica-se sem Constituição... Temos então de elaborar uma Carta que venha com a vocação da estabilidade, da permanência.

(continua)

AFONSO ARINOS

“ARREPENDIMENTO, TALVEZ. VERGONHA, NUNCA!”

(PARTE 2)

Edmílson Caminha

O senhor foi uma das vítimas do golpe de 64, punido com o ostracismo por sua veemente posição em favor da legalidade, da democracia e do respeito aos direitos humanos. Qual a marca mais profunda que esses vinte anos de ditadura deixaram na sociedade brasileira?

— Sua pergunta é importante, mas para respondê-la bem eu precisaria de uma longa reflexão. Tenho a impressão de que o maior sofrimento é exatamente daqueles muitos que têm fortes razões pessoais para sofrer: as famílias dos perseguidos, dos desaparecidos, dos martirizados, dos mortos. É isso que realmente cobre de sombras nossa História, porque destoa dos costumes brasileiros. Nós temos uma tradição de violência nas revoluções – a Balaiada, a Sabinada, as lutas de 1817 e 1824 em Pernambuco, a Guerra dos Farrapos... Houve muitos episódios de violência: fuzilamentos, degolas, era a guerra civil. Mas o poder de exercer contra indefesos e inocentes a brutalidade, a tortura, a morte é coisa que deixa marcas profundas na consciência nacional. É muito difícil apagar isso com simples palavras. Acho que o Governo Sarney está

sabendo aplicar a medicina compatível com o passado; porque não há governo mais tolerante, mais liberal, mais confiante no sentimento de paz. Para as Nações Unidas, 1986 é o Ano Internacional da Paz. Mas não se entenda paz, aqui, apenas no sentido internacional: que 86 seja, também, o ano da paz interna, dentro de cada país em crise. É nos limites dos próprios países que devemos buscar a inspiração para resolver os graves problemas que afligem o mundo. No Brasil, esse apelo universal em favor da paz deveria ser desposado publicamente pelo presidente Sarney, numa declaração pública, no sentido de que 1986 – que é ano de eleições, o ano da definição, da solução dos nossos impasses políticos – deva ser visto como um caminho, uma luz para que possamos, dentro do espírito da paz, vencer os nossos muitos problemas.

O senhor, como Ministro das Relações Exteriores no governo Jânio Quadros, foi o primeiro chanceler brasileiro a visitar o continente africano. Como, na sua opinião, deveria o Brasil posicionar-se quanto ao regime racista da África do Sul?

— Acho, por dois motivos, que deveríamos ser muito mais veementes. Não apenas porque foi essa uma das minhas preocupações no Itamaraty, como também porque sou convictamente antirracista, autor da lei que traz o meu nome e que caracteriza criminalmente qualquer expressão do preconceito de cor entre nós. Nosso posicionamento com relação à África do Sul deveria ser radicalmente contrário, deveríamos romper relações com esse país. Há motivos suficientes para isso. Mas o problema lá é mais grave do que se pensa: o

governo sul-africano é, hoje, um dos maiores fabricantes de armas do mundo – maiores do que nós, até. De maneira que os negros dificilmente terão condições materiais de enfrentar um inimigo poderosamente bem armado, que fabrica artefatos refinadíssimos, em grande quantidade, até para exportação. Mas nada disso, é óbvio, deverá impedir nossa ação diplomática de franca condenação ao *apartheid*.

O senhor é um homem de formação e de convicção católicas. Como vê a ação da Igreja hoje no Brasil, especialmente a dos setores mais progressistas?

— Acho que existe uma parte teórica, teológica, na qual não penetro porque não tenho competência. Na Igreja, sou assim uma espécie de PSD: eu sou do Papa, minha posição é ao lado do Papa – na situação, portanto... Mas compreendo que a Igreja tenha, socialmente, uma grande função renovadora. O que não entendo é que essa opção pela mudança social esteja necessariamente imbuída do propósito de uma revolução teológica. Não entendo por que a Igreja precisa se excluir da orientação teológica do Vaticano para promover uma transformação social. Porque os ensinamentos do cristianismo não se opõem a isso. Veja-se a tradição democrata cristã do povo alemão: os democratas cristãos é que salvaram a Alemanha do nazismo. A democracia cristã pode conviver intimamente com marxistas e comunistas; não é preciso que se crie uma teologia nova, uma nova imagem de Cristo, barbudo como Marx... Não, não é isso, não temos de fazer de Deus um novo Marx. Eu não aceito, acho que os líderes católicos do Brasil,

quando pretendem discutir os problemas do Estado, da política, por meio de interpretações teológicas de esquerda, erram tanto quanto eu erraria se me atrevesse a discutir os problemas da Igreja, porque entendo de Teologia tanto quanto eles de Ciência Política – ou seja, nada. Eles dizem muita coisa que está errada, como o arcebispo de Fortaleza, Dom Aloísio Lorscheider: politicamente, muito do que ele diz não tem o menor fundamento.

O ministro Hermes Lima, seu companheiro de diplomacia, costumava dizer que a política é uma atividade para pecadores. Como o senhor conseguiu conciliar a honradez e a dignidade com os conchavos próprios de um mandato parlamentar? As transigências do exercício político não o incomodavam?

— Não, porque nunca tive prestígio político, propriamente. Eu era o homem que falava, me mandavam para a tribuna. Dos acordos partidários, lutas, paixões, ambições não participava muito. O que eu fazia era falar, dizem que melhor do que os outros. Então era o homem que ia para a tribuna: eles resolviam e eu expunha, às vezes com excessiva veemência, reconheço. Nunca pretendi influir decisivamente no meu partido, a UDN: resistia a certas tendências que me pareciam incorretas e eles respeitavam minha posição. Isso sempre aconteceu. De vez em quando não aceitava a decisão já tomada, e o fato de eu não aceitar era suficiente para que eles revisassem o assunto. Mas, em geral, nunca exerci liderança política; quando muito, tive liderança oratória, era o porta-voz da UDN, um partido importante. Mas sempre defendi um princípio que observo até hoje, aos oitenta anos de vida: sou muito

capaz de fazer coisas de que me arrependa, mas nunca de que me envergonhe. Essa é a diferença, e muito clara.

• • •

Tempos depois, visito Afonso Arinos no gabinete de Senador da República, em Brasília, e lembro-lhe o discurso que proferira na Câmara, como líder da oposição a Getúlio, em 13 de agosto de 1954; no dia 24, o presidente se matava com um tiro no peito, tragédia para a qual contribuía, acusavam alguns, a violenta manifestação do orador. E ele, em surpreendente confissão:

— Pois é, sempre me angustiou a ideia de que eu possa ter concorrido, embora involuntariamente, para a morte de Vargas. Hoje, não faria aquele discurso, em que talvez tenha pecado por excesso, diante da turbulência política que então nos assustava. Acontece que só o distanciamento histórico permite essa avaliação; no calor da hora, fazemos o que nos obrigam as circunstâncias, e eu era o líder da minoria, a quem coube falar em nome dos colegas, não só em 13 de agosto, mas também onze dias depois, quando voltei à tribuna agora para lamentar, respeitosamente, o suicídio que traumatizara o Brasil. Pudessem voltar no tempo, preferiria não pronunciar aquele primeiro discurso. Mas assim não haveria a história como testemunho do que, bem ou mal, ocorreu no passado. Seria continuamente reformada, refeita pelos personagens que sobreviveram ao tempo, e assim não apenas envelheceram, se tornaram mais sábios, mais experientes, mais precavidos, mas também mais inseguros, mais hesitantes, mais medrosos...

O APOSENTADO

Jorge Sá Earp

Pensou que fosse sentir um abalo maior, uma sensação funda de perda, de queda num alçapão quando leria seu nome publicado no Diário Oficial. Mas não: viu a portaria com indiferença. A funcionária da divisão de pessoal lhe comunicara por telefone e logo Abelardo subiu para lá a fim de verificar a frase impressa pessoalmente. Em seguida avisou a mulher. Começariam as providências da mudança de Brasília para o Rio. “Ai, meu Deus, Abelardo! o que é que você vai fazer ficando em casa?” Ele tinha ouvido Heloísa falar pelo telefone com uma amiga que se ruim é o marido fora de casa pior é dentro. Bom, agora o jeito era limpar as gavetas, tirar dali os papéis, selecionar o que era útil, o que ainda servia e jogar fora o completamente inútil.

- Felicidades, Seu Azevedo!
- Tudo de bom!
- Que o senhor agora aproveite completamente a vida!
- Faça uma viagem com sua mulher, uma nova lua-de-mel...

As vozes dos colegas foram ecoando sem seus ouvidos enquanto dirigia para casa. Já tinha comprador para o carro, e a companhia de mudança fora contatada. Como funcionário sempre cultivara o hábito da precaução. A ponto de irritar até

mesmo Heloísa. Viajar com ela, nova lua-de-mel... sorriu com ligeiro escárnio. Anos de casamento, a união virara fraternal. O aspecto de ambos em muito diferia: não eram mais os viçosos jovens de outrora. Os filhos criados; um em São Paulo, em próspera carreira, a caçula no Rio Grande do Sul, bem casada e com uma tranquila profissão acadêmica. Netos seis: três de cada filho. Harmonicamente seis. Como harmônica era a arrumação de sua mesa no escritório do ministério. A vida – no cômputo geral – harmônica. Desligou o rádio. Às vezes preferia o silêncio. Mas mesmo em Brasília o tráfego já não era mais silencioso. E àquela hora da manhã a quantidade de carros não deixava seu carrinho deslizar calmo sobre as pistas.

Heloísa o abraçou:

- Vamos fazer uma viagem?

- Primeiro as providências da nossa mudança. Antes de tudo as providências.

La ganhar menos, e as viagens andam caras. Logo logo tiraria essa ideia da cabeça de Heloísa. Será que a fofoqueira da Gesira chegara a telefonar para sua mulher a fim de sugerir um disparate desses? – Abelardo pensou desenrolando quem sabe? – pela última vez a gravata.

Antes dos empregados encarregados de fazer a mudança chegarem no seu apartamento, muito antes da data marcada, Abelardo começou a escrever a lista do inventário de seus bens. Normalmente teria de fazê-lo; assim o exigia a companhia. Mas o que mais irritava Heloísa era a preocupação do marido com pormenores. Abelardo guardava todos os papeis

considerados importantes em pastas etiquetadas dispostas num armário em seu escritório; o funcionário eficiente na repartição nunca deixou de exercer seu papel zeloso no âmbito doméstico. Havia, portanto, em seus arquivos uma lista antiga datada da época em que tinham vindo do Rio para Brasília. Datada haja vista da década de 60. A mulher, enquanto Abelardo examinava a lista no papel amarelado, lhe dizia que esta não devia ter-se alterado muito já que o casal não tinha adquirido muitos novos bens e se desfeito de umas poucas tralhas velhas. Contudo, Abelardo dedicava-se àquele trabalho com o afinco com que por trinta e cinco anos se debruçava sobre ofícios e portaria em sua mesa no ministério. E como a vista já não era tão nítida como em anos passados e viçosos da juventude ou do começo da vida adulta, apertava os olhos mesmo com óculos, cujas lentes teimava em não querer mudar. Oculista anda caro, e o seguro demora muito em reembolsar – era o que ouvia Heloísa toda vez que recomendava sua ida ao especialista.

Não só refez a lista (como aliás devia fazer, segundo exigência da companhia e para seu próprio controle) e tirou-lhe cinco cópias – duas a mais do requerido pela transportadora, como etiquetou todos os móveis, seguindo a lição aprendida no ministério quando do inventariado do patrimônio do governo.

- Nós temos tão pouco, Abelardo... e tudo tão velho... Podíamos agora aproveitar e vender isso tudo e comprar uma mobília nova. Apartamento novo... no Rio...

- Você enlouqueceu, Heloísa! Primeiro que o apartamento não é novo, você sabe muito bem; foi dos meus pais. Uma pinturinha aqui e ali e fica novo em folha. Segundo que os móveis estão em perfeito estado. Vamos deixar para gastar em alguma emergência de saúde. A gente nunca sabe o dia de amanhã...

Heloísa ia retrucar mas conhecendo bem a teimosia do marido, calou-se. Resignou-se pois à tarefa de ajudá-lo na colagem de etiquetas nos móveis. Discussão feia mesmo começou quando o Abelardo cismou de listar todos os livros. Não que tivesse muitos, em sua maioria jurídicos e de ciências contábeis, os dela uns poucos romances, um ou outro de poesia, mas é que nisto não via nenhuma necessidade: quem é que hoje em dia rouba livros, ô Abelardo? – ela dizia: - só se for de autoajuda e esses a gente não tem mais. Os que a gente tinha joguei fora ou dei pra empregada.

Depois dessa e outras controvérsias, a paz retornou ao lar, a companhia de mudança chegou no dia e hora previstos, todos os bens e suas devidas etiquetas foram embalados e depositados no caminhão, que partiu o coração de Abelardo apertado: “Será que tudo vai chegar conforme, ô Heloísa? A estrada é longa e cheia de buracos...” Como das últimas vezes, a mulher preferiu o silêncio e deu de ombros. Seu coração apertou foi quando se deparou com o apartamento vazio. Dali foram para a casa de um casal amigo, que morava poucas quadras adiante. Jamais Abelardo consentiria em pagar uma noite em hotel, mesmo o mais furreco. Deixava Heloísa enca-

bulada ao escutá-lo ao telefone pedindo ao Aragão uma noite de hospedagem, mas como os longos anos de convivência a haviam ensinado a não tentar demover o marido de uma decisão tomada – principalmente quando o assunto envolvia economia –, mais uma vez calou-se. Bem verdade que quando havia sugerido que fizessem uma nova viagem – uma lua de mel – em comemoração à sua aposentadoria, arriscava; no fundo pressentia a resposta negativa acompanhada de pretexto. Pois seu casamento há muito se tornara aquela coabitação amigável, com eventuais manifestações de carinho que lembravam palidamente os primeiros anos de namoro, noivado e vida conjugal. Já que paixão nunca houvera, aderiram à convivência pacífica, na medida do possível. Gotas de amor foram pingando em doses homeopáticas, tendo acontecido a união por obra de circunstâncias propícias, o Abelardo colega de repartição do irmão de Heloísa, falecido prematuramente.

O apartamento com sala e três quartos, herdados dos pais do marido, ficava perto da praia do Flamengo. Após uma semana “acampados”, com a chegada dos móveis viu-se o casal finalmente instalado.

Três meses se passaram com Abelardo acostumado à sua rotina de aposentado. Quanto a Heloísa readaptou-se à cidade natal com facilidade, prosseguindo nos afazeres domésticos a que se conformava desde que o Abelardo exigira que ela parasse de trabalhar. Foi quando viu-se obrigada a deixar o serviço público no mesmo ministério que o irmão e, portanto, o mesmo de Abelardo. Mesmo porém em diferentes sessões. Isso nos tempos do Rio.

Foram três meses após o que, um belo dia lhe vem o marido com a ideia de alugar um escritório.

- O que?

- Outro dia me encontrei com o Chaves. Lembra do Chaves? Pois é: expus minhas últimas inquietações a ele (o Abelardo nunca as expunha à mulher primeiramente), e ele me sugeriu de abrir uma consultoria.

- Mas consultoria de que, Abelardo?

- Consultoria, ora! Com todo o acúmulo de experiência que adquiri no ministério.

- Vai gastar o dinheiro da sua aposentadoria com aluguel de escritório. E a gente podia tanto fazer uma viagem... Eu nunca fui à Europa.

- Europa! Europa! A Europa pode muito bem esperar! – o Abelardo se exaltou, se ergueu da poltrona, os jornais lhe caíram do colo e ele ficou dando voltas na sala: - Depois vamos ganhar dinheiro! Com o escritório de consultoria vou ganhar muito dinheiro!

Careca de saber que não adiantava teimar com o Abelardo, pela infinitésima vez calou confirmando o velho ditado.

Abelardo parecia pai de um filho novo quando exibiu a Heloísa as chaves do escritório no edifício Avenida Central. E mais a afligiu ao contar à esposa que tinha contratado uma secretária e um contínuo. Mais despesas, menor probabilidade de realizar seu sonho de viagem. Já nem pensava mais em Europa; podia ser Buenos Aires, Salvador, Gramado e Canela. Aliás, Heloísa acuada no sofá cogitava enquanto o marido en-

tusiasmado lhe contava que comprara armários de aço inoxidável para arquivos, um cofre, mandara fazer várias estantes destinadas às pastas de classificados, enquanto contava tudo isso com largos gestos, Heloísa dizia a si mesma que afinal viajar com o Abelardo seria repetir aquela insuportável viagem a Caldas Novas quando o marido computara cada níquel à noite no quarto e a proibia de maiores larguezas com comida e bebida.

- É bonita?

- Quem? – o Abelardo subitamente despencou da sua empolgação.

- A secretária. – respondeu Heloísa.

- Ora, minha filha... Você bem sabe que eu nunca fui de fazer essas coisas... Além disso, é uma senhora. Muito bem apresentada. Aliás é a irmã do Chaves, a Lourdes, você não conhece?

Não, Heloísa não conhecia a Lourdes. Sua pergunta mascarava uma farsa pois nunca tivera ciúmes do Abelardo. Algumas vezes agira assim: quem sabe fazendo-o sentir-se objeto de preocupação o levasse a um comportamento mais atencioso ou até mesmo com algumas demonstrações de afeto?

Uma alegria inesperada percorreu todo o seu ser enquanto ele dava o primeiro nó na gravata depois de três meses. Sorriu para o espelho, despediu-se da mulher e seguiu para a cidade.

Ao entrar examinou o relógio do ponto, os arquivos de aço, as duas escrivatinhas, uma com computador para D.

Lourdes e a máquina de café. Por ele ainda teria uma Olivetti ou uma Remington mas a irmã do Chaves exigiu um computador como uma das condições de deixar o ócio de sua aposentadoria. A outra era a gratificação prometida pelo Abelardo, que se não era grande coisa pelo menos naquelas quatro horas de trabalho Lourdes poderia mudar de ares, deixar o soturno apartamento no Catete e olhar vitrines no centro.

Nos primeiros dias o silêncio no minúsculo escritório era opressivo. Abelardo lia os jornais, pois precisava se manter informado sobretudo na seção econômica a fim de poder prestar uma assessoria atualizada, e olhava o telefone. Mudo. O contínuo no canto trepado num banco alto se divertia com um joguinho no celular. Quando este tocava, o Abelardo fazia um gesto irritado para que o José Almir fosse falar lá fora no corredor. Já D. Lourdes mantinha o seu aparelho silencioso e se, por acaso, este acendesse a luz não precisava esperar a admoestação do chefe: corria porta a fora.

O barulho do lápis do Abelardo na mesa. Uma mosca ou outra zumbindo às vezes aprisionada que fora por uma fresta de janela aberta. O ruído do ar condicionado. Eram estes os únicos sons ouvidos no escritórios de consultoria do Abelardo por semanas. Um dia o telefone tocou: o chefe nem esperou a secretária atender: pulou bruscamente de sua escrivaninha e agarrou o gancho. Abelardo bateu com uma força tão grande o fone no receptor que D. Lourdes até encolheu os ombros e fez uma careta: agora quebrou.

No entanto, o aparelho inventado por Graham Bell estava generoso aquela tarde: uma hora depois da chamada equi-

vocada voltou a soar. Era, era um cliente – aquiescia nervosos, ruborizado, transpirando Abelardo, que de novo não esperava a secretária desempenhar sua função.

- Sim, senhor: estou à sua inteira disposição. Podemos marcar um encontro.

Naquela noite chegou em casa eufórico.

- Até que enfim um cliente. – foi o comentário seco de Heloísa.

Tratava-se de um jovem. Vira o anúncio na internet (o Abelardo teve que se modernizar pois ainda pensava em anunciar através de classificados, no que foi demovido pelo filho adolescente do Aragão na última noite em Brasília. Foi o próprio rapaz e depois o neto em São Paulo que o auxiliaram com as novas tecnologias, nunca muito bem deglutidas – diga-se de passagem). Estava de roupa esporte e informou que queria exportar carretéis e alfinetes de fraldas. Polpas de abacaxi para sucos também. De preferência para a América Latina; para o Mercosul. Os olhos de Abelardo faiscaram. Cruzou os braços em cima da mesa e franziu o cenho. Pediu a lista de tarifas para D. Lourdes, que pressurosa logo acorreu com os papeis impressos à mesa do chefe. O rapaz de cabelo cortado curto também franziu o cenho ao examinar a lista. Enquanto isso, o Abelardo fazia uma verdadeira preleção sobre as vantagens de se exportar para tal ou qual país, as condições sócio econômicas deste e daquele bem como o panorama político de nossos vizinhos no continente com toda sua gama de partidos políticos e demais peculiaridades.

De súbito, o rapaz atirou os papeis em cima da mesa. Fez uma cara azedada, um muxoxo e soltou o veredito: não, não estava interessado; não convinha comercialmente. Abelardo reespirou desalentado, cruzou as mãos em cima da mesa e esboçou um sorriso amarelo. O rapaz se despediu.

Depois dele uns gatos pingados: um ou outro telefonema; um ou outra rara visita. No mais, o silêncio absoluto reinava no pequeno escritório. E quando o Zé Almir começava a assobiar de tédio, o Adalberto fazia cara de patrão e o calava imediatamente. D. Lourdes lixava as unhas debaixo da mesa ou jogava paciência no computador. Por outro lado, o patrão já não lia tanto jornais: ultimamente afincava-se na redação dos relatórios. E ocupava sua secretária datilografando-os. “Mas relatórios de que?” – ousou perguntar uma noite Heloísa. “Relatórios, ora!” Sobre a movimentação do escritório. Questões, soluções.” – e com essa resposta deu por encerrado o assunto. Doravante conteria o seu entusiasmo com o trabalho diante da mulher, a quem, por sua vez, não passavam despercebidos os apuros financeiros do marido: gastos com salários, INPS, aluguel do escritório, café etc. Mas não podia fazer qualquer menção a isso. Previa a reação do marido. Do seu lado, Heloísa tratou de contatar velhas amigas (que já tinham envelhecido mesmo, embora algumas terem-se submetido à cirurgia plástica. Iam ao cinema, ao teatro e organizaram partidas de biriba todas as quartas. Assim se distraía e tirava da cabeça as preocupações com o estado de saúde mental do marido. Porque o Abelardo ultimamente dera para ir ao escritório também nos

fins de semana. Começou indo no sábado. Sábado sim, sábado não até que foi até lá num domingo nublado.

- Abelardo, assim não é possível... – Heloísa não aguentou e protestou no momento em que ele de terno e gravata atravessava a sala em direção à porta: - Não é possível que você tenha tanto trabalho nesse escritório...

- Helo-ííí-sa... P- por favor... – o marido desenvolvera certa gagueira nos últimos meses – eu sei o que estou fazendo.

E rumou para a cidade. As ruas desertas, a chuva começando a cair fininha.

Quando abriu a porta veio logo aquele cheiro de papel guardado, do ar pesado de uma burocracia inútil. A mudez dos armários verdes de aço dos arquivos que preservavam pastas vazias. Absolutamente vazias. Nas mesas carimbos e almofadas para carimbos. Carimbos retangulares e redondos. Pilhas de papel sobre a sua escrivaninha preenchidos de relatórios. Mas relatórios sobre o que? Uma vez D. Lourdes, cheia de curiosidade – a velha curiosidade feminina -, na hora do almoço, em que o Abelardo ia comer num “comida a quilo” das imediações – resolver ler os tais relatórios. Foi aí que depois de desfazer a expressão facial de espanto não resistiu e telefonou para D. Heloísa. Como a linha estivesse ocupada, desistiu e não voltou a chamar mais. O que teria lido D. Lourdes para ficar tão preocupada! Essa ousadia de secretária aconteceu justamente na 6ª feira anterior à ida de Abelardo ao escritório naquele domingo chuvoso. E em sua casa, sem eu apartamento exíguo, quarto e sala, do Catete, D. Lourdes hesitava sem

saber da presença do chefe àquela hora no escritório, se ligava para Heloísa ou não.

Enquanto isso, para apaciar a modorra, o peso do ambiente do escritório no domingo, afastar a visão da Avenida Rio Branco sob a chuva fina, alguns mendigos lá embaixo, o Abelardo atacou mais um de seus “relatórios”. E escreveu febrilmente.

Depois de muito hesitar e consultar o Chaves, sobre se devia telefonar para a Heloísa e exprimir sua preocupação com a saúde mental de seu chefe, Lourdes acabou acatando o conselho do irmão e ligou para a mulher do Abelardo.

- Pelo que você está me falando, Lourdes – aliás muito obrigada pelo aviso-, eu devia ir agora até o escritório e tirar o Abelardo de lá. Isso tudo me preocupa muito... Mas ele tem um gênio difícil e eu... confesso que tenho medo de chegar lá e...

- Eu vou com você.

As duas se encontraram na imensa portaria do edifício Avenida Central. Dali até o elevador Heloísa se desfazia em agradecimentos a Lourdes, que se limitava a aquiescer com um sorriso condescendente, não isento de inquietação.

O Abelardo abriu a porta pálido. Tinha o olhar vermelho como se tivesse tresnoitado. A muito custo as duas o convenceram a deixar o escritório e ir almoçar. Naturalmente se recusou a ir a qualquer restaurante: os a quilo fechavam nos fins de semana. Preferiu comer em casa. Heloísa convidou Lourdes, que polidamente recusou.

Durante o almoço Abelardo condescendeu em tomar um copo de vinho. Raramente bebia e estranhou a presença de um artigo de luxo daquele em casa.

- Às vezes compro para usar como tempero. É nacional. Mas bom. Pode tomar sem se preocupar com as suas enxaquecas.

Outra recomendação da esposa foi a de que tirasse uma sesta após a refeição. Abelardo concordou imediatamente. Sentia-se cansado. No entanto, depois de se revirar um pouco na cama e vendo que Heloísa não o acompanhara, escapou para o escritório de novo com o cuidado de atravessar o corredor pé ante pé de modo que a mulher não escutasse seus passos da sala, onde via televisão.

A salvo das preocupações ridículas dos outros, Abelardo voltou a se concentrar no seu relatório de final de mês. Garatujou bem umas dez páginas até que um torpor invencível tomou conta de seu corpo e mente. O telefone tocara várias vezes. Devia ter sido Heloísa mas ele não atenderia, chegando mesmo a colocá-lo fora do gancho.

Deixou cair a cabeça nos braços cruzados e por pouco não adormeceu ali no escritório. Ou talvez tenha adormecido mesmo. Perdera a noção da hora. Quando olhou a janela a noite era espessa. Nenhum ruído. Olhou o relógio: era madrugada. Tinha dormido horas. O que não conseguira dormir na sua própria cama depois do almoço fora descontado ali no escritório com seu aroma acolhedor de papeis velhos. Uma barata correu detrás de um dos arquivos até debaixo da trituradora. Abelardo fez um ricto de repulsa e se levantou.

Embaixo, diante das grades abaixadas da enorme portaria, procurou o vigia noturno. Não havia alma viva nem dentro nem fora do complexo predial. Subitamente um mendigo aproximou-se do gradil. Abelardo afastou-se e gritou pelo vigia. O homem em farrapos estendeu-lhe a mão imunda e ferida por entre um dos buracos da armação de ferro. O funcionário zeloso que fora gritou uma vez mais pelo vigia e vendo que mais outros dois pedintes se aproximavam com idêntico gesto súplice e nem sombra havia do guarda, voltou a subir o elevador.

Na 2ª feira de manhã o Zé Almir chamou a ambulância para levar o patrão, que estava fora de si, não dizendo coisa com coisa. A equipe médica diagnosticou Abelardo como vítima de um colapso nervoso.

Enquanto o marido se recuperava no Hospital das Paineiras, Heloísa realizou seu antigo sonho: um cruzeiro à Argentina. Na dúvida entre a companhia das amigas da roda de biriba e o Zé Almir, que volta e meia lhe levava pequenas encomendas da cidade em casa, optou pelo contínuo do escritório recém-fechado de seu marido.

A vintage typewriter is the central focus, shown from a front-facing perspective. A sheet of white paper is inserted into the carriage. The typewriter's keyboard, with its characteristic curved layout, is visible at the bottom. The background is a soft-focus landscape featuring a body of water and distant mountains under a bright sky. The overall aesthetic is that of a classic, artistic photograph.

**ARTIGOS E
RESENHAS**

DIREITO E LITERATURA: O DISCURSO DE POSSE DE MIGUEL REALE NA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS.

Arnaldo Godoy

Miguel Reale (1910-2006) tomou posse na Academia Brasileira de Letras em 21 de maio de 1975. Foi recebido por Cândido Mota Filho, remanescente da Semana de 22, e que foi Ministro do Supremo Tribunal Federal. Ocupou a cadeira n. 14, naquele ensejo ocupada por Reale, e hoje ocupada por Celso Lafer. Reale, Mota e Láfer formam uma linha de juristas literatos com visão universal dos problemas da existência. São originariamente vinculados a São Paulo, na política, no magistério e na vida cultural.

O patrono da cadeira é Franklyn Távora (1842-1888), autor do “Cabeleira” e destacado membro da “Escola do Recife”, vinculada a Tobias Barreto (1839-1889). Não se pode esquecer que Reale influenciou o jurista italiano Mário Lozano, que estudou Tobias (e sua biblioteca), tema que explorei na biografia intelectual que redigi sobre o jurista sergipano.

O discurso de Reale chama a atenção pelo conjunto de coincidências então evocadas. O fundador da cadeira foi Cló-

vis Beviláqua, também jurista e personagem central do Código Civil de 1916, como Reale o fora em relação ao Código Civil de 2002. Reale não pode tratar dessa coincidência, por óbvio, porque o novo Código era apenas um projeto que se arrastava ao longo dos anos. Reale e Beviláqua também compartilhavam ascendência italiana.

Ao se referir a Beviláqua, Reale citou a impressão que Pedro Calmon tinha sobre os méritos do jurista cearense, escritor de “clareza solar” e de “simplicidade sem plebeísmo”. Reale lembrou também a impressão de Beviláqua para com o direito, para quem *“o estudo do direito não é uma simples volúpia da mente; é antes a religião austera e grave do justo”*.

Acaso e causalidade dão o pano de fundo desse desconcertante discurso, que se pode intitular de “O Círculo Hermético”. Os eventos humanos interagem em um contexto de forças, que refletem também leis naturais, ao mesmo tempo em que revelam padrões de previsibilidade. Esses últimos, no escopo da previsibilidade, substancializam as leis de causalidade. O acaso, não menos importante, é o nicho do imprevisível e do incontrolável. O impacto sob nossas vidas, no entanto, é tanto do acaso, quanto da causalidade.

A sucessão dos ocupantes da cadeira 14 ilustraria essa relação entre acaso e causalidade. Reale sucedia Fernando Azevedo, também conectado com a Universidade de São Paulo. Reale referiu-se a Fernando Azevedo como um “conciliador de antinomias”, afinado com a reconstituição histórica dos nossos ciclos culturais. O sucessor de Reale, Celso Láfer, a

par de jurista, e vinculado à Universidade de São Paulo, realça ainda mais esse traço de aproximação.

A ilustração das relações entre acaso e causalidade justificariam um conceito de “círculo hermético”; isto é, o círculo é fechado, pautado por padrões previsíveis. Por outro lado, esse fechamento não é absoluto, porque sobre todos nós impera também a força indomável do acaso. Reale parece intrigado com o imprevisível: um dos volumes de sua autobiografia denomina-se “Destinos Cruzados” (outro é “A Balança e a Espada”).

Acaso e causalidade seriam os dois lados de uma ordem (em forma de propósito) que a superficialidade de nossa compreensão das coisas talvez não consiga alcançar. Nesse sentido, do ponto de vista filosófico (e Reale é um filósofo) o discurso possa ser compreendido como uma problematização da teoria do conhecimento.

Ao mesmo tempo Reale enfrenta um problema historiográfico: há causalidades imanentes que fixam os acontecimentos históricos, em relação aos quais não contemplamos nenhum domínio: somos filhos de nosso tempo. Nossas opções registram a nossa compreensão das épocas em que foram tomadas. Há um presentéismo do qual não conseguimos nos livrar.

Não que acaso e causalidade revelassem uma suspeita tensão entre razão e imaginação. E se haveria alguma crise entre o pensamento lógico e rigoroso e o pensamento fantasioso, há um conjunto de asserções verificáveis que apontam

para uma tentativa de compreensão entre os desacertos entre intelecto e alma.

Como jurista, Reale preocupa-se com a justiça. Como filósofo e como esteta Reale ocupa-se com a beleza. Como literato, Reale busca a clareza. Essas grandezas se completam, e penso (agora a ideia é minha) que o amálgama pode se dar na literatura.

A reflexão que Reale fez em relação à intersecção entre Direito e Filosofia, a partir de sua experiência pessoal aponta para uma conexão instrumentalizada pelo culto às humanidades (de que foi um ferrenho defensor, inclusive como educador) e, ao mesmo tempo, pela interdependência desses campos do conhecimento.

Reale registrou que não sabia se era recebido na Academia como jurista ou como filósofo, mas tinha certeza de que em seus escritos constatava-se uma *“ardente devoção aos valores estéticos e literários”*. Segundo Reale:

“Como será possível bem servir às Ciências Humanas sem procurar conciliar o rigor dos conceitos com a beleza da forma? Como não reconhecer que uma lei bela já é meio caminho andado para a realização da Justiça, e que uma frase clara reflete a transparência mesma de uma ideia conscientemente amadurecida? Sem ser necessário reduzir a Ciência à linguagem, nas pegadas de Wittgenstein e dos neo-positivistas contemporâneos, é inegável que o pensamento autêntico já é um esboço de ação, e que a verdade guarda em si mesma, na raiz de sua revelação, a força de seu enunciado”.

O discurso termina com uma reflexão sobre a noite. Segundo o orador, o fim da sessão principia o declínio do arco daquela noite, que os tornava iguais no culto da amizade e da beleza; isto é, *“a noite é sempre fonte de igualdade e comunhão, enquanto que a luz solar distingue, individualiza, fustiga (...) noite que é generosidade e participação, noite do orvalho que sobe da terra, mas parece sobre ela descer com o seu manto de ternura”*.

Miguel Reale, jurista de profissão, filósofo por vocação e esteta por convicção, passava a reger a cadeira 14 da ABL. Um símbolo da aproximação entre o direito e a literatura, relação enfatizada por Fábio Coutinho em sua obra tantas vezes aqui referida. A leitura das memórias de Reale complementa as reflexões aqui lançadas, e marcadas por profundo sentimento de respeito para com o jurista filósofo aqui estudado.

O RESUMO DA ÓPERA

Hugo Napoleão

No dia 29 de julho, em conversa informal com o amigo Dr. Fabio de Sousa Coutinho, presidente da Academia Brasileira de Letras e da Associação Nacional de Escritores, manifestei a vontade de oferecer uma contribuição à Revista da ABrL e ao Jornal da ANE. Diante de sua aquiescência, sugeri tecer considerações sobre meu livro de memórias “O Parnaíba tem feitiço - A vida de um piauiense”, cujos originais foram recentemente entregues à Editora ECEAT, que publicou “Eu fui advogado de JK”, por gentileza do Reitor da CEAT, Sírío Jwver Belmeni.

Trata-se de reminiscências que remontam ao meu nascimento em 1943, na cidade de Portland, estado do Oregon, Estados Unidos da América, até o presente ano, com alusão a um programa da TV Senado que exhibe um depoimento de meu pai, Embaixador Aluizio Napoleão, sobre o voo do 14bis de Santos Dumont em Bagatelle, Paris, e alusão ao seu livro sobre a vida do aviador. Comecei a redigir em Brasília, em 14 de abril de 2020, e terminei em 3 de julho de 2024. Alguns capítulos foram escritos em Teresina, Piauí.

No início, denominei de “Do Oregon para Brasília (A saga de um piauiense)”. Depois alterei para “Um samaritano (A vida de um piauiense)”, como alusão ao Good Samaritan

Hospital, onde nasci. Até que o Professor Sírio opinou pelo atual título em face de frase sobre o rio Parnaíba, que meu avô Hugo Napoleão me dirigiu em telegrama, após eu haver manifestado minha emoção ao divisar suas margens numa das constantes idas a Teresina. Esta, em 1963.

Observei que 7 instituições desconheciam o texto constitucional sobre nacionalidade porque ora me consideraram brasileiro por opção, ora naturalizado e até mesmo (passagem) nascido em Belém do Pará e no Rio de Janeiro! Foi uma luta corrigir tudo. A Ordem dos Advogados do Brasil emitiu a identidade de maneira correta: brasileiro nato, natural de Portland, Oregon, Estados Unidos da América!

Falei sobre meus estudos na Marret School, em Washington, DC, no English Course for Children, em Paris, no Colégio Padre Antonio Vieira (onde se educava com base em sólido humanismo) e na PUC no Rio de Janeiro. Modéstia à parte, uma formação sadia. Abordei a felicidade do convívio com os avós paternos (Hugo e Tidinha, Mathilde) e maternos (Edmundo e Alcina), a convivência com parentes em José de Freitas, Piauí, município que tem o nome de meu bisavô.

Adiante, a vida profissional nos escritórios de advocacia Antonio Martins do Rego, Sociedade de Advogados Nunes Leal, do Ministro Victor Nunes Leal (onde tive a honra de ser colega do saudoso Ministro Sepúlveda Pertence) e no grupo Denasa (como Chefe da Assessoria Jurídica).

Depois, as campanhas e eleições de 1974, 1978, 1982, 1986, 1994 e 2010 para a Câmara dos Deputados (três man-

dados), o Senado Federal (quatro legislaturas) e o Governo do Piauí (duas vezes), citando as respectivas atuações e tratando das gestões nos Ministérios da Educação, da Cultura e das Comunicações.

Narrei o retorno à advocacia (Hugo Napoleão Advogados, associado a Reginaldo Castro Advogados), Napoleão & Tajra e o ingresso na Corte de Justiça Arbitral de Brasília. Conteí como se processaram as eleições para a Academia Piauiense de Letras, a Academia Brasiliense de Letras e para o Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal. Finalizei com o capítulo “A gente vai levando”, no estilo Chico Buarque de Holanda.

Permito-me encerrar estas palavras com quatro comentários:

encontros com presidentes do Brasil: Juscelino Kubitschek de Oliveira, Jânio Quadros, Ernesto Geisel, João Batista de Oliveira Figueiredo, Tancredo Neves, José Sarney, Fernando Collor de Melo, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Roussef, Michel Temer e Jair Bolsonaro.

conversas com autoridades estrangeiras: Imperador Xá (Irã), Shimon Peres (Israel), Valéry Giscard d’Estaing (França), Príncipe Charles (hoje Rei Chales III, Reino Unido), Rei Juan Carlos de Bourbon y Dampierre (Espanha), Senador Domingo Laino (candidato à Presidência do Paraguai), Jacques Chirac (Prefeito de Paris), Presidente Augusto Pinochet (Chile), Miguel de la Madrid Hurtado (México), Primeiro-Minis-

tro Raymond Barre (França), Jimmy Carter (Estados Unidos), Ronald Reagan (Estados Unidos), Primeiro-Ministro Cavaco Silva (Portugal), Presidente Luis Alberto Lacalle (Uruguai), Imperador Akihito (Japão), Presidente George W. Bush (EUA), Margareth Thatcher (Reino Unido), Presidente Xi Jinping (China), Presidente Bill Clinton (EUA), Senador Ted Kennedy, (Estados Unidos) e Jesse Jackson (candidato a Presidente dos Estados Unidos).

Algumas palestras ou conferências que proferi no exterior: Cidade do México, Assunção (Paraguai), Sevilha (Espanha), Lisboa (Portugal), Punta Del Este (Uruguai), Nova York (EUA), Isla Margarita (Venezuela), duas em Washington, DC (EUA), Bristol (Reino Unido), Houston, Texas (EUA), Genebra (Suíça).

Eleições a que concorri: 1) 1962-orador da turma, Clássico e Científico; 2) 1963-Representante de turma, Faculdade; 3) 1964-Vice-presidente do Diretório Acadêmico (CAEL); 4) 1964-Presidente do CAEL; 5) 1967-Orador da turma; 6) 1974-Deputado Federal; 7) 1976-Vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores; 8) 1978-Deputado Federal; 9) 1982 Governador; 10) 1986-Academia Piauiense de Letras; 11) 1986-Senador; 12) 1987-Vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores; 13) 1994-Senador; 14) 1998-Governador; 15) 2002-idem; 16) 2006-Senador; 17) 2010) Deputado Federal; 18) 2014-idem; 19) 2022-Academia Brasiliense de Letras; 19) 2023-Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal. Perdi 3 e ganhei 16.

90 ANOS DE UMA DIGNIDADE EXISTENCIAL E POÉTICA

Ronaldo Cagiano

A presença de Anderson Braga Horta no cenário da poesia brasileira há de se comemorar com a devida dimensão que sua trajetória existencial e de produção literária merecem. Impossível esgotar neste espaço as considerações críticas que sua extensa e intensa bibliografia exige, senão perfunctórios lampejos, sobretudo pela multiplicidade de incursões que o autor vem realizando ao longo de sua vida nos circuitos intelectuais do País, a partir de Brasília, cidade que adotou ainda nas primícias de sua fundação.

Anderson integra uma geração de ouro que não se repetirá, aquela que chegou à Capital — muitos ainda durante a construção — e que se constituiu numa elite pensante e renovadora, acompanhando os ares mudancistas, de otimismo e efervescência política e cultural na esteira do projeto entusiasta e otimista de Juscelino Kubitschek — a *Marcha para o Oeste* —, quando milhares de funcionários públicos foram transferidos para o novo *staff* administrativo.

Desse grupo, destacam-se escritores, jornalistas, professores e intelectuais pioneiros que, juntamente com ABH, constituíram-se num verdadeiro paradigma das letras candangas, entre os quais Alan Viggiano, Almeida Fischer, Antonio Carlos

Osório, Branca Bakaj, Cassiano Nunes, Clemente Luz, Cyro dos Anjos, Domingos Carvalho da Silva, Esmerino Magalhães Jr., Ézio Pires, Fernando Mendes Vianna, Garcia de Paiva, Joanyr de Oliveira, Joaquim Cardozo, José Hélder de Souza, José Jeronymo Rivera, Lina Tâmega del Peloso, Oswaldino Marques, Samuel Rawet, dentre outros.

Com cerca de três dezenas de livros que perfilam diversos gêneros, além de ensaios e traduções, a obra de Braga Horta há décadas vem sendo recepcionada por importantes autores e críticos nacionais e estrangeiros e conquistado prêmios, como o Amicizia Ítalo-brasileira (1954), Jean Cocteau (de tradução, A Época, 1957), António Botto (Ipase, 1959), Olavo Bilac (1966 e 1968) e Machado de Assis (1966) da Secretaria da Cultura do antigo estado da Guanabara, Rubem Dario (OEA, 1968), Alphonsus de Guimaraens (AML, BH, 1966), Lupe Cotrim Garaude (UBE-SP, 1978) e o Jabuti (2001). Se ainda não mereceu os justos destaque e visibilidade, deve-se tão-somente aos vetos que sofrem autores que não pertencem ao hegemônico e monopolizado eixo cultural, editorial e literário Rio-São Paulo, cujo domínio se impõe avassaladoramente.

Num tempo em que a literatura brasileira foi sequestrada pelo identitarismo, em que um escritor é medido pelo contexto e não pelo texto; escrever é ser valorizado pela militância, pautas e bandeiras, não pela linguagem; em que se buscam tientes e torcida organizada e não leitores, a presença de Braga Horta é luxo em meio a tanto lixo incensado, a tanta mediocridade ganhando os altares das passarelas *fashions*


das quermesses literárias que prosperam como eventos comerciais e não de garimpo de autores e livros de qualidade. A grande obra escrita por Anderson, sem dúvida, prevalecerá sobre os entraves e gargalos e os fetiches de um mercado editorial injusto e excludente, pela imensa carga estética e pluralidade de sentidos que empreende em um percurso construído com inteligência, rigor formal, sofisticação estilística e que, entre a tradição e a vanguarda, dialoga com tendências e vertentes, flerta com o metafísico e o onírico, transita do erudito ao popular, numa perspectiva caleidoscópica, polifônica e polissêmica.

Com Anderson Braga Horta e sua geração construiu-se um tempo vigoroso na poesia brasileira, convergindo para um espaço de diálogo, intersecções e flertes com instâncias e escolas na esfera de uma energia vital. Esse trânsito possibilitou fecunda a relação entre poetas, a vida e os posicionamentos estéticos que procuram, numa clave ética, perceber o lugar da própria arte no mundo contemporâneo. Ao mesmo tempo nas diversas fases que atravessam a produção autoral, o imaginário e o próprio escrutínio da invenção poética culminam na centralidade de uma linhagem criativa exigente, dialética, reflexiva e imersiva no inconsciente de nossas mais atribuladas e complexas questões.

Na luz de sua chama criativa há muitas nuances que merecem destaque, pois o fenômeno poético se impõe pela força de uma linguagem depurada, o esmero de uma escritura que não prescinde de uma profunda indagação pessoal e uma in-

flexão questionadora e filosófica que atestam, por si só, a seiva de uma dignidade e de uma ética literária, imprescindíveis a um artista cuja responsabilidade conduz a elevar a arte, acima de todos os seus signos, a uma dimensão humanista, que procura cartografar, com inteligência, simplicidade e olhar pluridimensional, a magia e o insondável da existência.

Voz singular no cenário da poesia não apenas do Brasil, mas da comunidade dos países lusófonos, Anderson Braga Horta cumpre em sua obstinada ourivesaria poética aquele compromisso atávico aos verdadeiros demiurgos, sintonizado com o que nos legou Giuseppe Ungaretti: "... poeta é o mundo, a humanidade/ a própria vida/ desabrochados pela palavra/ a límpida maravilha/ de um delirante fermento."



**ORAÇÕES
ACADÊMICAS**

RECEPÇÃO DE ALBERTO BRESCIANI A ANA MARIA LOPES

(8.3.2024)

Ilustríssimo Senhor Presidente da Academia Brasileira de Letras, Acadêmico Fabio de Sousa Coutinho, ilustríssima Acadêmica Ana Maria Lopes, em nome de quem cumprimento todas as presentes pelo Dia Internacional da Mulher, ilustríssimas Confreiras e ilustríssimos Confrades, Senhoras e Senhores.

Com muita honra e ainda maior alegria, fui convidado a proferir este discurso de saudação à escritora e querida amiga Ana Maria Lopes, ocupante, a partir de hoje, da Cadeira XVII desta Academia, antes destinada à saudosa e especial escritora Dad Squarisi, a cuja memória deixo minha homenagem.

Recebi a incumbência com honra, alegria e também com apreensão. O receio que vem é o de não saber expressar e transmitir a grandeza, a alta singularidade da Acadêmica empossada. Sem exagero algum, afirmo às Senhoras e aos Senhores que não penso em Ana Maria Lopes sem que me venha a representação de tudo quanto é superlativo – no melhor sentido que mereça a ideia.

Por muitos anos, uma amiga comum, a poeta Angélica Torres Lima, dizia-me que eu não poderia deixar de a conhecer. Essa feliz voz de vaticínio preparava-me para o encontro

que nos proporcionaria o excelente grupo de leitura então coordenado pela também saudosa Acadêmica Lucília Garcez. Recebi aquele momento, Acadêmica Ana Maria Lopes, como um dos melhores presentes do destino, tamanha a amizade que ali teve início e que não só nos une, mas também a nossas famílias – amizade que nos conforta e ensina.

São superlativos o espírito, a generosidade, a cultura, a inteligência, a criatividade, o talento e a elegância de ser e de estar na vida que, ao lado de outras qualidades, distinguem Ana Maria Lopes, escritora que passa a ainda mais ilustrar esta Academia Brasiliense de Letras.

Ana Maria Lopes é carioca de nascimento e candanga de coração. A filha ilustre da Senhora Ely Martins Pereira Lopes de Souza e do Senhor Pedro Lopes de Souza, no seu dizer poético, “deixou o mar do Rio de Janeiro, sua prancha de *surf* vermelha, sua avó e primos e, aos quinze anos, encarou a terra vermelha, a lama, os igualmente estarecidos colegas de pioneirismo e veio morar em Brasília”.

“O choro do banzo”, continua, “e a poeira da terra mol-daram-na”. “E se fez pedra, tijolo, cobogó e parte da fundação dessa cidade. Do Rio, trouxe a nostalgia do mar e muitos escritos dentro da mala”. “No meio da construção de Brasília”, como diz, “estudou”, com passagens pelo Ginásio Caseb e pelo Centro de Ensino Médio Elefante Branco. Fez teatro infantil, teatro universitário, cinema e “ameaçou um curso de arquitetura”. Sempre lia. Todo o tempo e de tudo.

Negando à arquitetura o seu brilho, Ana Maria Lopes formou-se em jornalismo pela Universidade de Brasília, car-

reira que trillou com o costumeiro destaque, fortemente armada de seus conhecimentos múltiplos e inata originalidade. Foi estagiária na TV Nacional de Brasília, na TV Alvorada de Brasília e no Jornal O Globo. Profissionalmente, atuou no Jornal da Câmara dos Deputados, foi Chefe de Reportagem da TV Câmara e Diretora do Núcleo de Vídeos Especiais da TV Câmara.

A braços com o jornalismo, floresceu, floresce e frutifica a literatura de Ana Maria Lopes. Em 2006, publica ***Conversa com Verso***, poesia, editado pela LGE Editora. Em 2013, é a vez de ***Risco***, poesia, editado pela Verbis. ***Mar Remoto***, livro de poemas lançado pelo Coletivo Maria Cobogó, vem à luz em 2018. O ano de 2022 recebe seus primeiros romances históricos, ***A Guerra Invisível*** e ***A Charuteira***, também com edição do Coletivo Maria Cobogó. Na coleção Mestres Cobogós, são seus os títulos relativos a **Glenio Bianchetti**, escrito em parceria com a escritora Marcia Zarur, de 2021, a **Athos Bulcão**, de 2022, e a **Dulcina de Moraes**, de 2023.

Seu nome integra inúmeras coletâneas: ***Poetas Brasileiros Hoje*** (Shogun Editora), ***Escriptonita*** (Editora Patuá), ***Antologia de Poesia Mulherio das Letras*** (Ed. Costelas Felinas), ***Antologia Mulherio das Letras / Contos e crônicas*** (Editora Mariposa Cartonera), ***Hai-Cais e Poemas Curtos*** (Editora Venas Abiertas), ***Caminhos da Palavra, Mulherio das Letras - DF*** (Outubro Edições), ***Essas Águas*** (e-book), ***Conexões Atlânticas*** (In-finita Editora, Portugal) e ***Mulherio das Letras*** (poemas, Portugal).

Um de seus poemas compõe painel instalado na Biblioteca Demonstrativa de Brasília, criação do artista plástico Gougon e do grupo Ciranda do Mosaico.

Sua produção literária foi reconhecida e galardoada pela primeira colocação no concurso literário patrocinado pela Embaixada de Portugal, pelo Jornal O Globo e pela Livraria El Ateneo (1967), pelo primeiro lugar no concurso de contos promovido pela Editora Abril (1981), pela primeira colocação no concurso realizado pela Bloch Editores e pela Baume & Mercier (1995).

A acadêmica Ana Maria Lopes mantém, há muito, o blog *Poesia no Fim do Túnel*, no qual publica seus poemas.

Em 2018, a reunião de Ana Maria Lopes com Christiane Nóbrega, Claudine Duarte, Marcia Zarur e Solange Cianni leva à criação do Coletivo Maria Cobogó, iniciativa que, desde então, reverbera no universo cultural de Brasília e do país. O projeto busca dar maior visibilidade à literatura feminina produzida no Distrito Federal e tem, sob seu selo, viabilizado a edição de belíssimas obras, valorosas em conteúdo e editadas com raro esmero.

Enquanto componente desse importante Coletivo, a escritora Ana Maria Lopes tem participado de sucessivas feiras literárias em todo o Brasil, oportunidades em que lançou livros, integrou mesas de debates e oficinas literárias. Ainda foi coordenadora editorial dos livros *Outubro*, de Luiza Campos, *Liberdade É*, de Maria Coeli Almeida, e *Alquimia Urbana*, de Geraldo Nogueira Batista.

Esse breve resumo das muitas realizações da Acadêmica Ana Maria Lopes não traduz todo o caudal de sua energia pessoal e criativa, transmutada na simbiose única de coragem, resolução e delicadeza que anima a sua história e a sua arte.

As muitíssimas leituras de uma vida, o olhar dedicadamente voltado à captação da beleza que desponta quer de largos cenários, quer de detalhes quase invisíveis a olho nu, a cortesia encantadora e inata de cada um de seus gestos, a mente que trabalha veloz como a luz dão à escritora Ana Maria Lopes o instrumental necessário à produção eficiente de seus escritos. A partir da língua portuguesa que domina, transita por variados idiomas, o que lhe permite o manejo plástico dos quadros que compõe.

O enlevo, a precisão, o maravilhamento e o inesperado tecem as vivas imagens que evoluem de suas letras. Desvelam não só a graça captada pelo olhar feminino da escritora, mas também a coragem de ser a mulher que se apresenta aos campos de batalha e, vencendo os tantos, desnecessários e injustos desafios que ainda se colocam ao seu gênero, surge triunfante como jornalista, artista e luz de sua família e de seus amigos.

Ana Maria Lopes é confidente da surpresa que qualifica toda obra artística. Dominando, por força de sua vasta cultura, os rios que são passado, está alerta à contemporaneidade e promete ao futuro. Creiam, Senhoras e Senhores, que absolutamente nada lhe escapa e é capaz de trazer, com serenidade e sapiência, juízo competente ao que se lhe questiona.

Embora habilitada a dublar diferentes vozes, independentemente de tempo, sexo, idade ou raça, Ana Maria Lopes empresta a força feminina que corporifica a muitas de suas personagens. São Marianas, Quitérias e Adelinas que enfrentam o mundo nem sempre acolhedor. São mulheres que perseveram, lutam, buscam e alcançam libertação.

O Dia Internacional da Mulher é especialmente celebrado, neste ano de 2024, com a posse da escritora Ana Maria Lopes nesta Academia Brasiliense de Letras. Mulher superlativa e admirável, que a todos nós, Confreiras e Confrades, traz o orgulho que passamos a repartir com o competente e estimado arquiteto e professor Geraldo Nogueira Batista, seu marido, com os filhos Rafael, Renata e Raquel, com os netos Maria Eduarda, Cláudio César, Isadora, Maitê, Enrico e Mário, e com a linda bisneta Cecília.

Acadêmica Ana Maria Lopes, como em seu belo poema-oração, comemoramos que Deus lhe tenha dado o “dom da palavra escrita” e se permita “ousar o verso, a rima, o verbo”, para nosso prêmio em prosa e poesia. Receba o abraço acolhedor da Academia Brasiliense de Letras e o afeto de todas as suas Confreiras e de todos os seus Confrades.

A alquimia de bem existir já deixa o seu nome grafado em pedra e, tomando emprestado o seu lirismo, desejamos poder celebrá-lo enquanto “durar o tempo do mundo”!

Parabéns!

Muito obrigado!

DISCURSO DE POSSE DE ANA MARIA LOPES NA ACADEMIA BRASILIENSE DE LETRAS

Excelentíssimo senhor presidente da Academia Brasileira de Letras, Fabio de Sousa Coutinho, querido e fraterno amigo a quem dedico minhas cordiais saudações flamengistas.

Quero saudar aqui, não apenas o patrono da cadeira XVII a qual tenho a honra de ocupar, o escritor José de Alencar, mas também minha antecessora, a jornalista Dad Squarisi.

Porém, antes de enaltecer essas duas personalidades, quero agradecer aos amigos presentes nesta noite tão importante para mim. Agradeço a prezada confrreira Margarida Patriota, amiga e companheira de leituras, e todos os confrades que dividem comigo essa honra, pela distinção de suas presenças.

Em minha existência tenho pilares que me sustentam e me alimentam de amor. Um deles são meus filhos Rafael, Raquel e Renata, meus netos Maria Eduarda, Claudio César, Isadora, Maitê, Enrico e Mário e minha bisneta Cecília, a quem agradeço o cotidiano incentivo e carinho.

Agradeço, sempre, a Geraldo Nogueira Batista, amigo, companheiro e amor definitivo que compartilha comigo 39 anos de muita parceria.

Agradeço aos amigos que caminham e comungam comigo uma vida de leituras, aventuras e muita alegria. Muitos estão aqui. São os amigos do Clube de Leitura Lucília Garcez que, há treze anos, se encontram para discutir um autor e uma obra escolhida por todos. Agradeço de coração à mentora desse grupo, a estimada e única Lucília Garcez, mulher que me levou pelos caminhos de Proust e tantas outras leituras. Lucília era o Norte de toda uma geração, amiga generosa e também acadêmica desta instituição.

No dia dedicado à mulher, neste 8 de março, faço uma referência mais do que especial. Há cinco anos encontrei quatro irmãs de alma quando criamos o Coletivo Editorial Maria Cobogó. Quatro mulheres escritoras que se encontraram, que escolheram o cerrado para mostrar e divulgar a literatura feita no Distrito Federal. Aqui resistimos – como o próprio cerrado -, publicando, escrevendo e mantendo a fé na palavra e na literatura. Essas mulheres, parceiras de vida, são: Christiane Nóbrega, advogada, escritora e finalista do Prêmio Jabuti de literatura em 2021; Claudine Duarte, arquiteta, dramaturga, escritora e criadora do Calangos Leitores, projeto que visa à formação de leitores nas escolas públicas do DF. Por duas vezes consecutivas também finalista do Prêmio Jabuti na categoria Inovação; Marcia Zarur, jornalista, roteirista e parceira no projeto Mestres Cobogós, que mostra ao público escolar as pessoas que tornaram Brasília muito mais Brasília; e Solange Cianni, escritora, atriz, psicopedagoga e finalista do Prêmio Jabuti de 2023 com seu romance *O Luto da Baleia*.

São essas mulheres que me energizam. E nós cinco formamos uma irmandade, um grupo amoroso de resistência, de luta pela visibilidade, de cérebros e mãos que dedicam muito, muito amor pela cultura e pela literatura.

Um agradecimento especial eu quero dedicar a uma nova amiga. Ela é o motor executivo e dedicado desta instituição: Rosângela Trindade, mulher, mãe, profissional e guerreira ímpar na roda da vida.

Passei minha infância e adolescência no Rio de Janeiro. Morava no Flamengo em um prédio entre o Largo do Machado e a praça José de Alencar. Esses dois escritores não sabiam o tanto que iriam mudar minha vida. Estudava no Externato São Marcos, pequeno e elitista colégio das Laranjeiras. Ao sair da escola sempre passava pela Praça José de Alencar com alguns colegas da escola. Olhávamos, todos os dias, aquele monumento de mármore encimado por uma escultura em bronze de um homem sentado numa cadeira. Por brincadeira, eu sempre dizia que um dia escalaria o monumento e sentaria no colo da estátua barbuda. Ríamos muito.

Mal sabia José de Alencar que, mais de 60 anos depois, aquela estudante menina estaria aqui, sentando na cadeira de que é o patrono.

Ele, José Martiniano de Alencar, nasceu em Mecejana, Ceará, em maio de 1829. Menino ainda, transfere-se com a família para o Rio de Janeiro. Filho de um senador do Império, em sua casa assistiu a muitas reuniões sobre a maioridade de Pedro II. Com tal ambiente familiar, era inevitável que ingresasse na vida política.

Porém, não irei falar do José de Alencar político partidário. Mas sim do escritor político e do seu significado mais nobre. Falo da política presente em qualquer manifestação humana. Daquela política que nos leva a empurrar o mundo, a política que nos faz desejar o conhecimento da sociedade que sonhamos. E a literatura é uma forma clara de fazer política. Nenhum livro é livre do *bias* político.

José de Alencar possuía as características do movimento Romântico - o nacionalismo e o indianismo. A busca da nacionalidade para a literatura brasileira era preocupação inerente para os escritores do século 19. Procuravam símbolos para traduzir a sociedade.

A literatura brasileira encontrou em José de Alencar o grande intérprete que deu corpo às tendências da alma. Ele procurou os elementos que diferenciavam o Brasil em face do colonizador. Sentia a necessidade de imprimir cunho nacional à literatura que se produzia aqui, fosse pelo indianismo, pelo sertanismo ou pelo regionalismo. Era o “instinto da nacionalidade” como se referiu Machado de Assis.

Não há dúvidas de que José de Alencar ocupou o pros- cênio da literatura por gerações e, segundo Antonio Candido, “foi o primeiro escritor que se impôs à opinião pública como figura de eminência equivalente aos governantes, aos militares, aos poderosos. Sua obra, extensa e desigual esteve sempre ligada a posições teóricas definidas e, por isso, se apresenta hoje como um ato relevante de consciência literária e nacional”.

José de Alencar mostrou os diversos aspectos do país em narrativas ficcionais onde a liberdade de expressão brasileira sobrepunha-se às normas portuguesas. Revelou o Brasil aos brasileiros.

Não se eximiu em descrever a natureza como um retratista, de criar personagens indígenas ingênuas, as iaiás com saias e rendas, os interiores suburbanos e o meio rural patriarcal.

A vida na colônia foi mote para vários romances. Com o índio em seu ambiente, em **Iracema**, o índio em contato com o português colonizador em **O Guarani** e em romances onde narra fatos históricos. Por vezes sentimental, como em **A Pata da Gazela** e **Sonhos d'Ouro**, Alencar imbuíu-se da pieguice de seu tempo.

Além de **Iracema**, retratou mulheres. Em **Senhora**, a importância que a burguesia dá ao capital. Em **Lucíola**, narra a história de uma prostituta que se apaixona por um rico homem da corte. É uma história de redenção. E em **A Viúvinha**, uma história romântica de reviravoltas inusitadas.

Enquanto lia sobre José de Alencar para comentar sua obra, descobri sua obsessão pelos pés das mulheres. É um item recorrente em seus romances, tanto as mulheres da Corte quanto as do meio rural. Quem o diz é Gilberto Freyre, que afirma que Alencar chegava a reduzir os pés das inglesas, francesas e alemãs até chegarem ao tamanho dos pés das sinhazinhas.

Da mesma forma que descrevia os pés femininos, ele também enchia de detalhes os cabelos, os jardins, os enfeites, os corpos das jovens, a natureza em geral.

José de Alencar foi, ainda segundo Gilberto Freyre “o único romancista que superou no Brasil o calendário cristão, a história clássica e a sagrada e encheu o país de Peris, de Iracemas, de Ubirajaras. Era seu olhar telúrico sobre o país”.

Esse é o meu patrono. A honra de assumir essa cadeira é muito grande. Cadeira que já foi ocupada por José Augusto Guerra, Jarbas Passarinho e Dad Squarisi.

A querida Dad.

Chegou menina ao Brasil. Veio com os pais que saíram do Líbano por questões políticas. Morou na França, na Espanha e na Argentina. Instalou-se com a família no Brasil e em Brasília cursou Letras na Universidade de Brasília. Poliglota, cresceu profissionalmente e tornou-se professora do Instituto Rio Branco e consultora legislativa do Senado Federal.

Por trinta anos trabalhou no *Correio Braziliense*. Lá, atuou como jornalista, revisora e editora de opinião. Seu *Manual de Redação e Estilo*, editado pelo *Correio Braziliense*, é artigo de primeira necessidade nas redações. É uma referência para todo profissional da escrita.

Mulher de seu tempo, Dad previu a mudança que a internet faria na vida das pessoas e lançou, em 2011, o *Manual de Redação e Estilo para mídias convergentes*.

Por toda sua vida semeou o ensinamento claro e correto da nossa língua. Era a mestra da palavra exata e se mantinha sempre pronta a dirimir as dúvidas que todos temos sobre a língua que amamos.

Dad Squarisi.

Tantas foram suas leituras que passou à escrita. Seus livros – dezenas deles – atingiam adultos e crianças, leigos, profissionais, brasileiros, estrangeiros, enfim, todos os que queriam receber uma lição de amor ao português brasileiro.

Ao suceder essa mulher incrível, sempre atenta aos detalhes, fico com o receio de derramar palavras sobre quem era a soberana delas. Dad as usava como dona e senhora absoluta e seus livros se espalharam como raízes de um cedro do Líbano, árvore símbolo de seu país natal. Árvore que significa nobreza, justiça, beleza e resistência.

Dad Squarisi viveu sob esses valores e, dessa forma, nos enriqueceu com sua doçura, sensibilidade, delicadeza e sabedoria.

Sabemos que a perfeição não existe, mas Dad chegou perto.

RECEPÇÃO DE ROBERTO ROSAS A ARNALDO GODOY

(21.6.2024)

Não sei se começo pelo nascimento ou pela morte, eis o dilema de Machado de Assis nas *Memórias Póstumas*. Nesse dilema machadiano estou inteiro, a caminho de um trilema, porque Arnaldo Godoy é o jurista, o professor e literato. Por onde explorar nesta recepção. Por tudo, porque a primeira ponta – o jurista está bem provado pelo advogado, o Procurador da Fazenda Nacional, o professor de Direito, mas sustenta-se nos seus títulos acadêmicos, e não são poucos – Livre Docente da Faculdade de Direito da USP, Doutor e Mestre pela PCU/SP, e não é pouco – Pós Doutorado na PUC/RS.

Passo então a outra ponte do trilema – a literatura. Arnaldo Godoy segue o grande escritor Ítalo Calvino – a boa literatura obedece à leveza, rapidez e exatidão. Arnaldo escreve para o leitor, e não para si, é leve, objetivo e assim rápido, e exato na informação. Assim fez no expressivo livro sobre Tobias Barreto, em caprichadas 270 páginas. Podemos incluí-lo nos grandes trabalhos sobre o mestre de Escola de Recife, ao lado de Hermes Lima e de seu notável antecessor Vamireh Chacon. Sobre Euclides da Cunha foi notável na difícil interpretação sociológica e histórica.

Como dizia Machado de Assis a primeira condição de quem escreve é não aborrecer. Arnaldo discorre sobre os mais

intrincados temas com cartesiana apreciação, ao final o leitor pergunta – tem mais?

Mas detenho-me num tema de sua predileção – Direito e Literatura. Que é? A compreensão do fenômeno jurídico, e chegamos ao Direito de literatura, o Direito na literatura e o grande crítico Antonio Candido exigiu – o direito à literatura, e por que? Explicou esse mestre:

“uma sociedade justa pressupõe o respeito aos direitos humanos, e a afirmação da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável”, conclui Antonio Candido. Assim, justifica-se o gosto de Arnaldo Godoy em seu livro *Direito e Literatura*, onde disserta desde a Grégia até Monteiro Lobato, e aqui faz um paralelo entre o escritor e a atividade jurídica, porque Lobato fora promotor e advogado em São Paulo.

Vamos ler Arnaldo Godoy no site Consultor Jurídico – CONJUR, com crônicas jurídicas e literárias. Quem é revisto por ele fica consagrado, porque sabe revelar o corpo inteiro de um tema, um livro, um autor.

Na galeria de honra da Academia Francesa, em Paris, há um busto do escritor Molière (que não integrou aquele cenáculo), porém a inscrição é melancólica, mas reparadora:

“Não fazemos falta à sua glória, mas ele faz falta à nossa.”

Com Arnaldo Godoy, estamos evitando essa inscrição.

Arnaldo Godoy, V.Exa. está apto a ocupar a cadeira antes ilustrada pelo grande escritor e professor Vamireh Chacon. Assuma com vivos aplausos.

DISCURSO DE POSSE DE ARNALDO GODOY NA ACADEMIA BRASILIENSE DE LETRAS

Boa noite, Senhoras, Senhores.

A própria ideia de Academia, e estamos nessa noite em uma Academia, define instituições de ensino e de pesquisa, sociedades literárias, científicas, centros de treinamento, conjunto de estudiosos. O substantivo remonta à escola supostamente fundada por Platão, no século IV a. C., que a tradição insiste que funcionava nos jardins de Academus, mais um daqueles prosaicos heróis atenienses. Formatou-se um modelo, retomado na efervescência cultural florentina do Renascimento, e por extensão a notícia de uma Academia Platônica de Florença.

A Académie Française (em Paris) e a Royal Society (em Londres) retomam de algum modo essa tradição. Fundada em 1635 pelo Cardeal Richelieu, ao longo do reinado de Luís XIII, a Academia Francesa centrava-se no esforço para padronização da língua francesa, então a língua internacional de cultura, por excelência. Seus primeiros membros eram designados de “imortais”, regidos por um Estatuto em forma de Carta Patente. Eram 40 membros. E esse número, muito mais do que o indicativo de uma cabala, sugere um círculo que alberga pluralismos e diferenças.

No Brasil, em 1897, fundou-se a Academia Brasileira de Letras, bem no início da República Velha, sob a liderança de Machado de Assis, cuja data de nascimento celebramos hoje, como reminiscência emblemática de nossa história literária. A Academia contava com nomes de muita expressão, a exemplo de Eduardo Prado, Inglês de Souza, Artur Azevedo, Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, Silvio Romero, Araripe Júnior, Olavo Bilac, Rui Barbosa, José Veríssimo, Coelho Neto, Clóvis Beviláqua, Rodrigo Octavio, entre tantos outros.

Registro uma leitura recente, *A vida futura*, de Sérgio Rodrigues: José de Alencar e Machado de Assis reaparecem no Rio de Janeiro contemporâneo. Atordoam-se com a violência, inclusive a violência para com suas próprias obras e histórias. Certamente, não são o que queriam fossem. E a cidade que viram em nada certamente lembrava a cidade na qual viveram. Alguns definem esse momento como uma distopia realizada. Dói. E dói muito.

A transposição para a nova capital (a partir de 1960) encontrou resistências, a exemplo de alguns magistrados do Supremo Tribunal Federal e de alguns de elite intelectual do Itamaraty; Rubens Ricupero, então novíssimo na carreira, pode ser uma exceção. Talvez, a troca do Rio de Janeiro encantador dos anos 60 por uma Brasília perdida no cerrado não significaria simplesmente uma aventura de bandeirante. Realisticamente, a mudança poderia ter o sabor amaríssimo de uma condenação. A Academia Brasileira de Letras persistiu no Rio de Janeiro, o que inegavelmente confirma a condição de capital cultural do País.

Mas a nova capital também se revelava como um centro cultural. Em 8 de março de 1968, foi fundada a Academia Brasiliense de Letras. Um dos integrantes da Academia Brasileira, Hermes Lima, é quem primeiramente presidiu a nossa Academia de Brasília. Nascido na Bahia, advogado combativo, professor cativante, Ministro intimorato do Supremo Tribunal Federal, memorialista (*Travessia*, publicado em 1974, é um relato fascinante de seu tempo), estudioso de Tobias Barreto, Hermes Lima tem seu nome ligado à fundação de nossa Instituição. Nossa Academia é a entidade literária máxima do Distrito Federal.

Aprovado por meus - - agora, de fato - - pares, assumo a Cadeira XV, cujo patrono é o mais expressivo expoente de nossa literatura. Assumir a cadeira Machado de Assis é uma responsabilidade de magnitude e prestígio. A posição exige do ocupante profundo respeito e admiração pelo legado de nosso maior escritor; respeito e admiração que confirmo nessa sessão solene. A distinção exige um compromisso contínuo com a promoção da literatura e da cultura na região.

A cadeira que assumo fora ocupada por Vamireh Chacon de Albuquerque Nascimento, a quem tenho a honra de dar continuidade; e anteriormente por Nelson Carneiro e por Dinah Silveira de Queiróz. A tradição sugere que eu me referia aos meus antecessores, uma tentativa de juntar as pontas entre presente e passado, com uma definitiva estação no Patrono, cujo nome e história prestigiam a cadeira.

Começamos com Vamireh Chacon. Vamireh era um homem de posições firmes, radicais até. Admirado por muitos,

criticado por tantos outros, Vamireh era um exemplo de nossos tempos: era uma referência de polarização, ainda que, e agora a opinião é minha, não estivesse, nem de um lado, e nem de outro. A parafrasear o Barão de Itararé, de quem Vamireh tanto gostava, seu apostolado era o lado oposto.

Desde minha juventude havia lido Vamireh. Sua biografia intelectual de Gilberto Freyre, sua síntese das constituições brasileiras e seu livro de memórias, *O Poço do Passado*, sempre me cativaram. Dediquei-me por dez anos para compor uma biografia de Tobias Barreto, e o interesse pelo assunto começara com leituras da obra de meu antecessor. Os livros do insurreto sergipano foram também catalogados por Vamireh, que é o ponto de partida da biografia que redigi. Vamireh historiou o Nordeste na história das ideias no Brasil em *A luz do Norte*, que penso ser seu livro mais original.

Em 2023, por doze sábados sucessivos, entrevistei Vamireh. Tinha em mente uma biografia ou um estudo sobre sua formação intelectual. Tenho comigo aqui, e todos podem ver, uma página de sua própria caligrafia, com informações sobre sua família paterna. Vamireh definia-se como descendente de exploradores da cana-de-açúcar, que perderam o que tinham na passagem do engenho para a usina. Restaram algumas sinecuras, a exemplo do emprego que o pai tinha na coleta de impostos.

Vamireh emocionava-se contando suas lembranças de infância. Lembrava a passagem do Graf Zeppelin por Recife, cidade que não mais reconhecia como sua. Contava como co-

nheceu Gilberto Freyre, e a influência do sociólogo pernambucano em sua vida, e em sua visão de Brasil. Contou-me sobre suas viagens e embates políticos, sobre seu zênite, e sobre seu nadir, este diametralmente oposto àquele, na estrutura universitária de Brasília.

Propus como título da biografia *O Cigano de Beca*; era o que me parecia mais apropriado para captar sua trajetória. Vamireh foi um cigano, perambulando de tablado em tablado, e foi um cigano de beca, porque fez do ensino seu sacerdócio. Quanto a suas opiniões e posições políticas, cada um de nós é o nosso tempo, é a nossa escolha, é a nossa verdade.

Vamireh assumira a vaga de Nelson Carneiro. Baiano, ex-aluno do Colégio Antonio Vieira em Salvador, e da Faculdade de Direito da Universidade da Bahia, Nelson Carneiro foi deputado federal pela Bahia, e depois pela Guanabara, de 1947 a 1971; e depois senador, pela Guanabara, e depois pelo Rio de Janeiro, de 1971 a 1995.

Profundo conhecedor do Direito de Família, Nelson Carneiro notabilizou-se pela cruzada que empreendeu em favor do divórcio. Também profundo conhecedor de nossos problemas e dilemas políticos, Nelson Carneiro foi o autor da emenda constitucional que instituiu no Brasil o parlamentarismo, ainda que provisoriamente, mas que garantiu a posse de João Goulart, com a inesperada renúncia de Jânio Quadros.

A luta parlamentar pelo divórcio se desdobrou ao longo de 25 anos. Em 1977, alterou-se radicalmente a estrutura tradicional do casamento indissolúvel, paradigma do direito

canônico, mas inaplicável em um mundo secular. Nelson Carneiro foi presidente do Senado Federal, o que prestigia ainda mais essa Casa.

Nelson Carneiro sucedeu a Dinah Silveira de Queiroz, que foi da Academia Brasiliense de Letras, antes de ocupar a cadeira 7 da Academia Brasileira, onde sucedeu ao jurista Pontes de Miranda. Escritora reconhecida e premiadíssima, Dinah, entre outras distinções, recebera em 1954 o Prêmio Machado de Assis, outorgado pela Academia Brasileira de Letras. Fora reconhecida pelo conjunto de sua obra. Foi a primeira mulher a receber esse prêmio. Uma desbravadora na literatura.

A cadeira que a partir de hoje ocupo tem com referência nosso maior escritor, o “Bruxo do Cosme Velho”, epíteto que viria de poema de Carlos Drummond de Andrade. O poeta mineiro referia-se a “certa casa do Cosme Velho”, e alguns versos mais à frente fixava uma galeria de mulheres da obra de Machado, a exemplo de Marcela, Flora, Virgília, Mariana, Sancha, Capitu, D. Severina, Conceição.

Nas palavras de sua primeira e maior biógrafa, Lucia Miguel Pereira, Machado foi uma exceção no século XIX, no século XX e eu acrescento que seria hoje, no século XXI, e que exceção seria, em todos os tempos. Comparando-o com escritores de seu tempo, a exemplo de Eça de Queirós, a quem criticou em ensaio, percebe-se que Machado escrevia em um português que refletia o nosso modo de falar. Machado escrevia em português brasileiro, de algum modo afrontando o art. 13 da

Constituição de 1988, que dispõe que o idioma português é a língua oficial da República Federativa do Brasil.

Menino criado no Morro do Livramento, perdendo a mãe, que faleceu de tuberculose quando Machado ainda era criança, e a irmã, ainda criança, não há registros de educação formal na trajetória de nosso maior escritor. Protegido por Manuel Antonio de Almeida, o autor de *Memórias de um Sargento de Milícias*, e também diretor da Imprensa Nacional, que foi pressionado a demiti-lo, Machado começou a despontar em 1864, quando publicou *Crisálidas*. Era o ano no qual começava a Guerra do Paraguai.

Funcionário público exemplar, ao que consta, Machado também teria vivido um casamento marcado pela estabilidade e pela tranquilidade. A perda da esposa, Carolina, o abalou. Penso que o parágrafo final de *Memorial do Aires*, que é seu último livro, resume seu testamento sentimental. Ele via um casal, Aguiar e D. Carmo, em algum lugar do Flamengo.

Hesitou em entrar (ou não) na casa, registrando “*ao transpor a porta para a rua, vi-lhe no rosto e na atitude uma expressão a que não acho nome certo ou claro; digo o que me pareceu. Queriam ser risonhos e mal se podiam consolar. Consolava-os a saudade de si mesmos*”. É uma forma de testamento. Mas outros testamentos há.

O testamento de Machado de Assis permite que se problematizem os limites entre propriedade comum e propriedade imaterial, esta última, especialmente, em sua percepção de propriedade intelectual. Quais os limites do testamento de um autor da importância de Machado de Assis?

Declarando-se morador da Rua Cosme Velho nº 18, Machado redigiu o curto documento na expectativa genérica de expressar sua derradeira vontade. Escreveu que era natural do Rio de Janeiro, onde nasceu em 21 de junho de 1839. Afirmou ser filho legítimo de Francisco José de Assis e de Maria Leopoldina Machado de Assis.

Anotou que se casou com Carolina Augusta de Novaes Machado em 12 de novembro de 1869. À época da redação do segundo testamento, Machado de Assis já era viúvo: Carolina morreu em 20 de outubro de 1904. Foi sepultada no Rio de Janeiro, no Cemitério São João Baptista. Machado também informou que Carolina nascera em Portugal, na cidade do Porto.

Afirmou que desejava ser enterrado junto à esposa, na mesma sepultura, indicando inclusive o número do jazigo (1.359). Lembrou da necessidade de obtenção de licenças, necessárias para a realização da determinação. Rabiscou afirmação de que desejava que abaixo da inscrição de seu nome junto ao túmulo, também se indicassem suas datas de nascimento e morte.

Declarou que inutilizou um testamento que fizera em 30 de junho de 1898, no qual instituía sua então esposa como herdeira universal. No segundo testamento Machado declarou-se possuidor de doze apólices da dívida pública. Cada uma dela valia um conto de réis. Venciam juros de 5% ao ano. As apólices estavam custodiadas pelo *London and Brazilian Bank, Limited*. O escritor também declarou que possuía dinheiro depositado em conta corrente, na Caixa Econômica, em caderneta, tombada sob o número 14.304.

Legou todos os valores que possuía a Laura, sobrinha neta, filha de sua sobrinha e comadre, Sara Braga da Costa, e de seu cunhado e compadre, Major Bonifácio Gomes da Costa. É para Laura que Machado de Assis deixou também seus móveis, livros e demais objetos. Laura foi designada herdeira universal dos bens do escritor.

O testamento revela vida de homem simples, e que morreu sem bens materiais de maior expressividade. Não havia propriedade imóvel a ser legada. Machado deixou pequeno legado material. Porém legou-nos uma obra monumental.

Não há no testamento disposições sobre personagens fascinantes como Capitu, Bentinho, Escobar, Brás Cubas, Simão Bacamarte, Conselheiro Aires, Pedro, Paulo, Quincas Borba, Virgília, Lobo Neves, Sofia, Rubião, Fidélia, Aguiar, entre tantos outros. A lista é imensa. A leitura de nosso grande escritor é simplesmente aliciante.

E também não há no testamento de Machado determinações sobre um dos mais amplos estudos já feitos sobre a natureza humana, revelador sensível de nossas neuroses, perversões e psicoses, que captam as negações com as quais a vida nos acena, isto é, quando vivemos na vida real.

E também não há recomendações de estilo, temas, fórmulas de uso linguístico e idiosincrasias que marcam o modo machadiano de ser e de escrever. E ainda não há também pistas para o que se fazer com geniais construções dramáticas de cenas de adultério e de ciúme, como lemos em *Missa do Galo*, *Mariana*, *A Cartomante*, *D. Paula*, *A carteira*, *O relógio de*

Ouro, A Mulher de Preto, Ernesto de Tal, Confissões de uma Viúva Moça, e tantos outros contos sublimes.

O testamento político de Machado de Assis se encontra nas inesquecíveis páginas de *Esau e Jacó*, além de contos muito bem engendrados como *Virginius (Narrativa de um Advogado)*, *O Teles e o Tobias (Quadro de Costumes Políticos)*, *A sereníssima República (Conferência do Cônego Vargas)*, *O Espelho (Esboço de uma Nova Teoria da Alma Humana)*, *O Jogo do Bicho*, *O velho Senado*, *Pai contra Mãe*.

Seu legado filosófico se aufere em contos também desconcertantes, a exemplo de *O sermão do Diabo*, *Ideias de Canário*, *Papéis Velhos*, *O Imortal*, *A Igreja do Diabo*, *Como se Inventaram os Almanques*, apenas para citar alguns mais conhecidos.

A herança de Machado de Assis foge ao contexto material do testamento e matiza-se, principalmente, por uma fina ironia, que exemplifico com o argumento de Capitu, no sentido de sensibilizar Bentinho para que não fosse estudar no seminário.

O testamento de Machado de Assis transcende à sua própria condução do legado de seus bens materiais. A cultura brasileira herdou uma obra que jamais se esgota. Sempre se revela inesperadamente. Se renova no horizonte de sentido e nas discussões e interpretações que provoca. É permanente. A herança é universal.

A uma sobrinha-neta Machado de Assis legou seus dinheiros, apólices, teréns, alfaias, livros. E a toda gente legou

impressionante poder criador, uma lição de possibilidades de reinvenção da alma humana, de superação pessoal, num contexto de ceticismo desconcertante. Provoca-nos sentimentos de afeto e de amor à humanidade.

Tudo muito irônico. Se pela voz de Brás Cubas o escritor Machado de Assis afirmava que não teve filhos porque não queria transmitir a nenhuma criatura o legado de nossa miséria, seu legado comprova-nos que transmitiu a todas as criaturas um sentido verdadeiramente superior de nossa condição. Mas isso não estava em seu testamento. E não pode estar no testamento de ninguém.

Machado de Assis escreveu que *“a vida é tão curta, os homens tão maus, os acontecimentos tão incertos, que uma criatura que nos ama é a imagem da misericórdia de Deus”*. E é a essa criatura, real ou ideal, recorrente ou passageira, intermitente ou perene, em forma de minha mãe, Leila, ou de meu pai, Moisés, ou de meus filhos, Bernardo e Marina, a quem agradeço o milagre de estar aqui nessa noite, a ser marcada com uma pedrinha branca, na mais bela tradição retórica e literária romana.

RECEPÇÃO DE RONALDO COSTA COUTO A LUCÍLIA DE ALMEIDA NEVES DELGADO

(25.10.2024)

Queridas confradeiras, queridos confrades,

Peço licença para um pouco de mineiridade e de Minas, patriazinha amada de nossa nova confradeira, Lucília de Almeida Neves Delgado.

Querida Lucília, sua profunda emoção de agora me lembra o sentimento do injustiçado Presidente Juscelino Kubitschek ao assumir a cadeira 34 da Academia Mineira de Letras em 3 de maio de 1974: “Este momento é dos mais altos em que já me vi alçado. A solenidade que agora vivemos tem para mim um toque mágico de reparação e de conforto”.

Amigas e amigos,

A vida da múltipla Lucília é um rio caudaloso, limpo, bonito e agitado. Pilha de energia e entusiasmo, ela é densa, intensa, produtiva e generosa em tudo que ensina e faz. No trabalho, vida pessoal, amor à família, deveres da amizade, paixão pelo Brasil, alegria e gosto de viver e conviver, firmeza em fazer o bem. Voltaire: “Fiz um pouco de bem, é minha melhor obra”.

Mineira de São João del-Rei, ela se considera também de Juiz de Fora e Belo Horizonte, carioca da gema e brasiliense

juramentada. É casada com o magistrado, jurista e escritor Maurício Godinho Delgado, referência nacional em direito trabalhista, mineiro de Lima Duarte. Moram em Brasília, em casa povoada de livros, leis, leituras, textos prontos ou em progressão. Trabalham muito! Vivem para a família, os amigos e os deveres. Sonham e agem pelo desenvolvimento do país, melhor educação, menor desigualdade, maior justiça social. Têm duas filhas. A advogada Gabriela Neves Delgado, professora titular da UnB, e a doutora em botânica e ecologia Marina Neves Delgado, também professora. E os netos Francisco Neves Delgado Bandeira, Isabela Neves Delgado Bandeira, Clara Neves Delgado de Alencar (*in memoriam*), Lúcia Neves Delgado de Alencar e João Neves Delgado de Alencar.

Historiadora pela Universidade Federal de Juiz de Fora, cientista política com mestrado pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutorado pela Universidade São Paulo, pró-reitora de graduação e professora admirada, feliz e premiadíssima na UFMG, PUC-Minas e Universidade de Brasília. E, além disso, pintora. Mas, amigo e leitor há mais de 30 anos, mesmo cauteloso diante do misterioso dom da escrita, atrevo-me a afirmar que a vocação mais íntima de Lucília é a de escritora. Prova disso? A qualidade e importância de seus livros e demais escritos. A começar do predileto, o clássico: *PTB: do getulismo ao reformismo, 1945-1964*. Bem escrito, pesquisa primorosa, riqueza analítica. Ou os cinco sólidos volumes de *O Brasil republicano*, em parceria com Jorge Ferreira; *História oral: memória, tempo, identidades*; *História do tempo presen-*

te, com Marieta Ferreira; o pioneiro *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil, 1945-1964*; o excelente livro-documento *Tancredo Neves: a trajetória de um liberal*, com Vera Alice Silva; *Tancredo Neves, perfil parlamentar* e outros, como estes de pura e tocante poesia: *Jardim do tempo: Amor e asas: Noites solares: Deslocamentos: Minas Gerais: memórias afetivas: Tempo presente: fios da história*.

Corte para Brasília, 20 de outubro de 2024, fragmentos de diálogo com Lucília:

– ***Quais são seus três escritores brasileiros preferidos?***

– Cecília Meireles, que me introduziu no mundo da poesia, Érico Veríssimo e João Guimarães Rosa.

– ***Você obteve votação unânime! Como foi a campanha?***

–. Visitei todo mundo! Foram conversas cultas, interessantes, inteligentes, instigantes. Principalmente sobre minha trajetória, a carreira de historiadora, o que já fiz, o que já publiquei, a literatura. E também sobre minha família, meu saudoso tio Tancredo, Brasília, Minas e o Brasil, a própria Academia. Sobrava assunto! Foram todas agradáveis e serenas. Nenhuma durou menos de duas horas. Eu voltava feliz para casa.

– ***Em minha campanha, Lucília, apareceu um anjo sem asas, poeta e poesia ao mesmo tempo.***

– *Na minha também! Pessoa pura, bondosa, delicada, sensível, encantadora.*

– ***O que é Brasília para você?***

– *O lugar em que eu gostaria de morar para sempre.*

Senhoras e senhores,

É incontornável lembrar que a família de Lucília deu homens públicos de projeção nacional, como Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Aécio Neves e seu pai, Aécio Ferreira da Cunha. E, claro, o melhor presidente da República que o Brasil não teve: o estadista Tancredo de Almeida Neves, tio e padrinho de batismo de Lucília. Apaixonado por história e literatura, bom escritor e orador, integrou a Academia Mineira de Letras.

Tive o privilégio e a honra de ser seu amigo, confidente e auxiliar. De pelejar a seu lado no governo de Minas, na campanha das Diretas-Já para Presidente da República e na vitoriosa campanha presidencial indireta de 1984-85. Ele merece os melhores adjetivos. Arguto, cordial, competente, culto, criativo, bom formulador e negociador, trabalhador, hábil, paciente, perseverante, bem humorado. Um domador de crises, campeão do entendimento e da conciliação, mas nunca além de seus princípios ético-políticos, como a liberdade, a democracia, a cidadania, a integridade, a lealdade, o cumprimento da palavra dada. Simples e sábio, aconselhava: “Se Deus não lhe deu a graça da humildade, peça então a Ele o dom da dissimulação e finja que é modesto”. Tolerante, mas valente. Ministro da Justiça no auge da crise que levou Vargas ao suicídio, em agosto de 1954, propôs aos colegas, em reunião no ameaçado Palácio do Catete, defendê-lo à bala. Justificativa a ele atribuída: “Poucos têm a chance de morrer por uma boa

causa, não desperdicemos a nossa”.

Em 1964, um dos 11 irmãos de Tancredo, Roberto de Almeida Neves, amigo e pai de Lucília, então coronel do Exército, foi preso em Juiz de Fora por se recusar a seguir seu comandante, o general Olympio Mourão Filho, no célebre avanço de tropas e tanques rumo ao Rio de Janeiro. Primeiro oficial a se opor, teve a carreira prejudicada e foi reformado no ano seguinte. Lucília dedicou-lhe o primeiro livro, *O Comando Geral dos Trabalhadores*, de 1981. Assim: “Ao meu pai, Roberto de Almeida Neves, pela retidão de comportamento nos idos dos anos sessenta”.

Em agosto de 1984, aos 74 anos, doutor Tancredo troca o conforto do governo de Minas por candidatura presidencial que sabíamos exposta a graves riscos. “Temos de fazer a transição com os militares, não contra os militares.” Idealiza, viabiliza e conduz impecável engenharia política rumo à democracia e depois morre por ela. Senador Afonso Arinos, amigo e adversário político: “Há homens que dão a vida pelo país. Tancredo deu mais: deu a morte”.

Quis o destino que me coubesse, como governador de Brasília, receber, em 22 de abril de 1985, o corpo de doutor Tancredo na Base Aérea e acompanhá-lo, em lágrimas, o coração apertado, até o Palácio do Planalto, onde foi velado. Deu-se a maior manifestação popular da cidade desde o sepultamento de JK, em agosto de 1976. Horas de espanto e sofrimento! Além da dor dilacerante, minhas certezas, expectativas e sonhos estavam em xeque. De meu atônito amigo

Roberto Gusmão, então ministro da Indústria e do Comércio: “O maestro foi embora e levou a partitura”. E agora? Que seria do Brasil e da Nova República sem o principal idealizador e líder? Sem o enorme capital político de Tancredo, sem sua sabedoria, escolhas, políticas e projetos? Sem a genialidade política e administrativa de seu amável e amado padrinho, querida Lucília. Ali, a história deu uma rasteira no Brasil.

São João del-Rei, noite fria de 24 de abril de 1985, Cemitério da Ordem Terceira, de São Francisco de Assis. De nosso decano, o presidente José Sarney, junto ao túmulo do grande ausente: “Deixa Tancredo Neves para esta Nação um grande legado. Deixa o legado da dignidade na vida pública. Deixa o legado do amor ao povo. Deixa o legado da tolerância, deixa o legado da conciliação e deixa o legado da grandeza na vida pública. Nós saberemos honrá-lo. O seu compromisso será o nosso compromisso. A sua promessa será a nossa promessa. O seu sonho será o nosso sonho.”

Senhoras e Senhores,

Pedindo perdão a Drummond, permito-me plágio explícito de seu poema Parabéns:

Minha amiga Lucília Neves

ingressou na Academia.

Parabéns a Lucília Neves,

Parabéns à Academia.

DISCURSO DE POSSE DE LUCÍLIA DE ALMEIDA NEVES DELGADO

Existem razões de diferentes intensidades que trazem alegria ao ser humano. Algumas vezes essas alegrias nos nutrem com pequenas doses; em outras, chegam avassaladoras e trazem intenso prazer. Ambas as formas de manifestação são suportes necessários do estar no mundo, do viver com sabedoria, do construir um cotidiano pleno e de ter discernimento e coragem para enfrentar as adversidades, pois estas são inevitáveis.

Maquiavel, em sua obra *O Príncipe*, já dizia, no remoto ano de 1513, quando do tempo do Renascimento, que na vida existem a *fortuna*, constituída por eventos aleatórios e a *virtu*, que identificava como coragem e habilidade para lidar com desafios negativos e positivos da *fortuna*. Ele se referia à política, à esfera da vida pública, às diferentes formas de conquistar o poder, mantê-lo e governar.

Considero, por analogia, que suas assertivas são plenamente aplicáveis às vidas pessoais. Em outras palavras, ao complexo universo das privacidades, que exige do ser humano o melhor saber, para caminhar na extensa jornada da vida.

Quem recolhe tristezas e as neutraliza com habilidade, discernimento e experiência, sossega o coração e ganha em sabedoria. E quem recolhe alegrias e as transforma em potência internaliza em si sólidas formas de reconhecer, na

fortuna, dificuldades, obstáculos, ganhos e poderes, que precisam da *virtu* para serem compreendidos e vividos. Portanto reafirmo que a prática da *virtu* é, sem dúvida, necessária no vasto mundo das individualidades.

Quando a alegria se torna realização, ganha envergadura e se transforma em *virtu* e essência do viver.

No dia 16 de agosto do corrente ano, fui presenteada pela Academia Brasileira de Letras com a minha eleição para integrar seu quadro de escritores. Como qualificar a alegria que senti e que continua ressoando em mim? Como agradecer pelo carinho amigo dos que, na noite daquele mesmo dia, foram à minha residência para me saudar? Com certeza em mim vive esta alegria vital.

Muito obrigada!

Prezados membros da diretoria da Academia Brasileira de Letras, acadêmicos Fabio Coutinho, presidente, Roberto Rosas, vice- presidente, Edmílson Caminha, secretário geral, Ronaldo Costa Fernandes, primeiro secretário, Danilo Gomes, segundo secretário e Afonso Ligório, tesoureiro. Recebam o meu abraço cultivado na prazerosa leitura de livros e pela escrita de obras e artigos. Hábito e ousadias da minha vida, que me trouxeram até vocês.

Aos demais confrades e congreiras, oferto meu abraço fraterno, permeado pelos significados das palavras, construção de frases e elaboração da escrita.

Caras e caros escritoras e escritores que integram Academia Brasileira de Letras e a Associação Nacional de Es-

critores. Recebam a minha mais grata consideração. Quem escreve é ousado, pela coragem de se expor e de procurar desvendar o mundo e entender os seres humanos.

Queridíssimo amigo Ronaldo Costa Couto, a quem agradeço com afeição semeada e burilada nas terras das Minas Gerais. Sou-lhe muito grata, pois não desistiu de me integrar às mais nobres instituições de Brasília, embora, por escrúpulos de uma mineira extraviada na jornada, eu tivesse, algumas vezes, relutado em abraçar suas indicações. Há amigos que chegam para ficar. São raros. Você é um deles.

Prezados amigos, familiares e colegas da Universidade de Brasília, do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal e do Clube de Leitura Lucília Garcez . Com vocês, a imensidão de Brasília e do Planalto Central ganhou significado inesperado para mim.

Querido Maurício, meu namorado, meu marido e parceiro. Sempre solidário, carinhoso e respeitoso na nossa longa e amorosa caminhada. Ouso dizer que buscamos na *virtu* inspiração para plantar e colher o bem viver e enfrentar com coragem os tempos nublados. Nossa *virtu* se chama amor.

Queridas Gabriela e Marina, nossas filhas, vocês se formaram em mim e me fizeram mãe. Nada em minha vida se compara à grandeza e beleza desse fazer e desse viver.

Queridos Francisco, Isabela, Lúcia e João, nossos netos, obrigada por chegarem para nós. Não intuía que a condição de ser avó significava a multiplicação do amor ao infinito. Vocês me ensinaram. Embora haja um entendimento hegemônico

de que a utopia é irrealizável, situo-me entre as pessoas que acreditam que podem ser realizadas, bem como serem gestadas novas utopias. Para vocês, desejo um futuro em que prevaleçam a solidariedade, a justiça, a liberdade, o bem, a paz e a igualdade na diversidade dos seres humanos.

Querido irmão Lúcio, que me ofertou Brasília como lugar de afeto e intensidade familiar.

Querido Jonathas, meu genro, a quem admiro pela inteligência e de quem muito gosto, com especial afeto. A quem você ama seus olhos dizem com brilho.

Antes de iniciar minha saudação a João Ribeiro, patrono da cadeira III desta Academia, na qual tomo posse, e a Carlos Fernando Mathias, acadêmico que nela me antecedeu, peço licença para dedicar algumas palavras às mulheres. As que fazem ou fizeram parte da minha vida e também às escritoras, que elegi como as que mais me trouxeram a beleza, o prazer e os desafios da literatura.

Ao nomeá-las, homenageio, por desdobramento, todas as mulheres do vasto e plural mundo em que vivemos. Mundo onde é usual serem tratadas de forma autoritária, velada ou explicitamente, de forma discriminatória, agressiva e condescendente, neste caso como se fossem seres frágeis e menos inteligentes. Mundo onde, em diferentes culturas e países, precisam se fazer duas ou três pessoas para serem somente uma. Tal capacidade de serem plurais é cotidiana.

No nascimento, a tatuagem dos nossos destinos vem gravada em nossas almas. Apagá-la ou redesenhá-la é tarefa

que exige capacidade de olhar, enxergar, sentir, saber e adquirir consciência sobre como nosso gênero está situado no mundo e na sua história. Só assim, em algum tempo, teremos oportunidades de nos tornarmos timoneiras das nossas vidas.

Para termos um lugar digno no planeta terra e para não esmorecermos, precisamos de coragem, sensibilidade, determinação, habilidade e força.

Oferto agora meu carinho e reconhecimento:

À minha mãe, Gabriela, que nos deixou, após sofrida enfermidade, quando eu mal acabara de completar seis anos. Dela herdei o gosto pelo belo, pelas artes e exemplo de dignidade e capacidade de resistência, dos quais só me dei conta quando a consciência sobre mim mesma amadureceu. Vive em mim. Na saudade do que poderia ter sido.

A Eugênia Franco, que era amor puro, puro amor. Foi minha mãe de vida. Trazia em si um afeto intuitivo, adubado por fermentos do bem viver. De mim não descolou desde a partida da minha mãe biológica. Ofereceu-me carinho, suave amor, cuidados cotidianos, além de imaginativa contação de histórias, que inventava para que eu ficasse “alegre” e “espera na vida”. Ofereceu-me também a graça de termos compartilhado o mesmo quarto, por cerca de vinte consecutivos anos. É minha mãe. Mãe de amor e acolhimento. Vive em mim, dia e noite, sempre em flor.

Às minhas filhas Gabriela e Marina, que me ensinaram um tipo de amor desconhecido que eu não intuía existir. Deram-me o presente e o desafio da maternidade ao trazerem para mim nova luz, dúvidas sobre como fazer e ser, além da

esperança imensa no futuro, que penso todas as mães precisam ter para poderem viver a maternidade com sabedoria e coragem. Ao me ofertarem a realização e os temores universais do ser mãe, contribuiram para que eu me tornasse, como assim o fazem bilhões de mulheres no planeta terra, um ser desdobrável. Expressão que busco em Adélia Prado, em seu poema *Licença Poética*:

*Quando nasci um anjo esbelto,
Desses que tocam trombeta, anunciou
Vai carregar bandeira,*

Cargo muito pesado para mulher, esta espécie ainda envergonhada.

Aceito os subterfúgios que me cabem sem precisar mentir.

Não sou tão feia que não possa casar,

Acho o Rio de Janeiro uma beleza e

Ora sim, ora não, creio em parto sem dor.

Mas o que sinto e escrevo. Cumpro a sina.

Inauguro linhagens, fundo reinos

_ dor não é amargura.

Minha tristeza não tem pedigree,

Já a minha vontade de alegria,

Sua raiz vai ao meu mil avô.

Vai ser coxo na vida é maldição para homem.

Mulher é desdobrável. Eu sou.

À Magda, minha irmã, a quem amo com intensa afeição e amizade e a quem admiro por sua força e coerência entre a vida pensada e a vida vivida.

À minha professora do Curso de História da Universidade Federal de Juiz de Fora, Vera Lúcia Costa de Mello Reis. Com

ela aprendi os melhores predicados de ser historiadora e professora. É desafiante praticá-los, mas não perco a inspiração herdada.

Às amigas Clara (em memória), Filomena e Sildimar. Nossa infância e adolescência foram imbatíveis. Sempre tenho a sensação de que nunca delas acordei, pois a menina que fui no ontem continua em ebulição.

À Márcia, Áurea, Bia, Ana Beraldo, Celinha, Liliane e Neide. Juntas colhemos os melhores sabores da juventude. E que sabores! A recordação chega como torrencial cachoeira. É impossível visualizá-la sem me espantar com o tanto que vivemos, o tanto que desafiamos, o tanto que revolucionamos, o tanto que esperamos.

À Rosângela Sampaio, amiga pessoalíssima que, juntamente com Célia Regina Araújo Alves, foi parceira dedicada no recolhimento e organização do arquivo do Presidente Tancredo de Almeida Neves.

Às competentes médicas Clarice Dias Correia, Vera Lúcia Favilla e Cláudia Guimarães, que cuidam ou cuidaram da minha saúde com empatia e dedicação.

À Cida, Ana Maria, Renata Inês, Cleonilde e Ivana, que ao chegarem em nossas vidas contribuíram, com efetiva dedicação, para que eu pudesse caminhar em minha trajetória profissional. Chegaram e jamais saíram do nosso afeto. Foram e são adubos. Nunca, nem um dia sequer, nos perdemos na caminhada.

À Rose e Socorro, presentes de Brasília. Seus toques em meus cabelos e unhas são suaves e transmitem energia positiva e afável.

Às escritoras, romancistas, poetas ou ensaístas que alimentam ou alimentaram minha alma: Rose Marie Muraro, que li, em êxtase, quando tinha treze anos; Adélia Prado, Cecília Meireles, Clarice Lispector, Lygia Fagundes Telles, Aláide Lisboa, Marina Colasanti, Maria Esther Maciel e, aqui em Brasília, Lucília Garcez, Ana Maria Lopes, Margarida Patriota e Clara Arreguy, que se tornou também minha editora.

Outras escritoras ao longo de minha existência: Sofia Andersen; Lou Andreas Salomé; Agatha Christie (companheira em um prolongado repouso); Simone de Beauvoir; Isabel Allende; Svetlana Aleksdiévitch e Marguerite Youcenar.

Às historiadoras, colegas e amigas, que cultivaram ou cultivam, com profissionalismo, o ofício de conhecer o passado com olhos voltados para o futuro: Maria Efigênia Lage de Resende (em memória) e Míriam Hermeto, da Universidade Federal de Minas Gerais; Yonne Grossi (em memória), da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Maria Helena Capelato e Maria de Lurdes Janoti, da Universidade de São Paulo; Marieta de Moraes Ferreira e Andrea Casanova, da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Regina Beatriz Guimarães, da Universidade Federal de Pernambuco; Marluza Haras, da UNISINOS; Diva Gontijo, Cléria Botelho (em memória) e Thereza Negrão, da Universidade de Brasília,

Gosto muito da expressão que diz ser “a gratidão a memória do coração.” A todas agradeço.

Já tarda a hora de saudar João Ribeiro, patrono da cadeira de número III da Academia Brasileira de Letras e colega de ofício, posto que foi, em nosso país, pioneiro no estudo e

na escrita da História. Pessoa culta e erudita, transitou, como era comum às elites letradas do seu tempo, por outras áreas de conhecimento e da cultura, como artes, música, pintura e filologia, esta última sua fascinação primordial. Ao seu estudo dedicou-se com a força dos ávidos pelo saber.

Como historiadora e cientista política que sou, concentrarei minha saudação, com maior ênfase, ao campo da História. Área de conhecimento a que me dedico há cerca de cinquenta e três anos de estudos, pesquisas e escrita.

Marc Bloch que, em parceria com Lucien Febvre, fundou a Escola dos Annales, no início do século XX, na França, entende que a História não é uma ciência que estuda os acontecimentos passados, mas sim o homem e suas ações no tempo. Aí incluído o tempo em que o historiador escreve sobre seus estudos e pesquisas. Entendo que, no tempo de se pesquisar a História e de se escrever sobre ela, duas temporalidades, o passado e o presente, se cruzam e dialogam de forma inevitável.

O que aconteceu no passado encontra, na voz e escritos do historiador, dois tempos: o de ontem e o de hoje. Sempre em diálogo com outras ciências, a construção do saber histórico supõe compartilhamento de conhecimentos. Quem abraça o ofício de historiador compartilha, com outros estudiosos, intelectuais, escritores, professores e estudantes de áreas afins, conhecimentos que podem elucidar a construção pretérita da História e seus sujeitos individuais e sociais. João Ribeiro adotou essa perspectiva.

Uma das mais belas e desafiantes características da História é o fato de suas fronteiras serem porosas. Suas interfaces, como em um cristal lapidado, são múltiplas. Entre elas, podemos citar seu diálogo com as seguintes áreas de conhecimento: economia, sociologia, geografia, línguas, antropologia, ciência política, demografia, ciências naturais e filosofia.

João Ribeiro foi um intelectual incansável na arte de construir interlocuções. A que mais impressiona em sua obra é a da História com a Filologia, pois sabemos que a memória histórica, a língua e a linguagem são pilares essenciais à construção das identidades coletivas e pessoais.

Cabe lembrar que é também muito usual a História se tornar seiva para a produção literária, e vice-versa. Por ser leitor compulsivo de obras literárias, dessa seiva, João Ribeiro se alimentou. Em sua biografia, sua paixão pela leitura é evidenciada de diferentes maneiras. E, em sintonia com esse intelectual de um tempo de vida muito diferente do meu, ainda menina também fiz da leitura de obras literárias alimentos para o meu sempre infindo saber histórico.

Tomo a liberdade de fazer referências a alguns dos romances históricos, poesias épicas e biografias que me alimentaram a alma.

No campo da literatura, destaco seis livros que, por razões diversas, cativaram-me de forma definitiva: *O Tempo e o Vento*, de Érico Veríssimo; *A Casa dos Espíritos*, de Isabel Allende; *O sonho do Celta*, de Mário Vargas Llosa; *Labirintos da Solidão*, de Octávio Paz; *Sagarana*, de Guimarães Rosas;

Memórias de Adriano, de Marguerite Yourcenar; *Istambul*, de Orhan Pamuk; *As Meninas*, de Lygia Fagundes Telles; *O Primeiro Homem*, de Albert Camus; *A Misteriosa Chama da Rainha Loana*, de Umberto Eco; e *O Aleph*, de Jorge Luis Borges.

Na poesia épica, é impossível não lembrar dos *Lusíadas*, de Luís Vaz de Camões, e do *Romanceiro da Inconfidência*, de Cecília Meireles.

Na produção biográfica, concentrarei, em primeiro lugar, minha atenção em três autores brasileiros que muito contribuem para que a luz da história individual ilumine a História Social, e vice versa. São eles: Wagner William, que escreveu *O Soldado Absoluto*, sobre o Marechal Henrique Teixeira Lott; Fernando Moraes, que se debruçou sobre a vida de Olga Prestes, e o nosso acadêmico Ronaldo Costa Couto, que narrou, com maestria e sabor, a trajetória de vida do imigrante italiano e importante empresário Francesco Antonio Maria Matarazzo.

No plano internacional, não consigo encontrar biografias que mais tenham me impressionado do que as escritas pelo general soviético Dmitri Volkogonov. Trata-se de *Stalin - Triunfo e Tragédia*, e *Eva Perón*, escrita por Alicia Ortiz. Ao ler essas obras, mergulhei em vastos e desafiantes percursos históricos.

João Ribeiro, nascido João Batista Ribeiro de Andrada Fernandes, chegou à vida em Laranjeiras, Sergipe, no ano de 1860. No decorrer de sua trajetória, como “recurso profissional e prático” foi aos poucos excluindo alguns de seus sobre-

nomes, para adotar a identidade definitiva de João Ribeiro, com a qual se consagrou.

Diz ele, pitorescamente:

“Ainda moço, cortei o Andrada, pois que o Ribeiro de Andrada, por auspicioso que fosse, podia parecer um apelido fraudulento.

Cortei o Fernandes para evitar o João Fernandes que se opõe a Cesar nos provérbios.

E fiquei João Ribeiro e talvez fosse melhor ficar João Batista.

Zanguei-me com o Batista porque um padre, professor de latim, costumava apodar-me:

- “João Batista, abaixe a crista!”

E não só a abaixei, cortei-a de vez.

Sou, pois, um mutilado, graças a essas anatomias remotas.

Podia ser pior.”

A primeira vez em que ouvi o nome de João Ribeiro foi na disciplina de Historiografia Brasileira, ainda como graduanda. E lá se vão anos e anos.

Insisto em qualifica-lo como homem de seu tempo e intelectual além do seu tempo, pois assim viveu. Durante os 74 anos de sua vida, abriu horizontes e cultivou o gosto por línguas, arte, museologia, metodologias de ensino e História. Sua trajetória vai de sua cidade natal a Aracajú, onde foi educado pelo avô, pois seu pai partiu precocemente. Em Aracajú concluiu a primeira etapa de sua formação escolar. Dirigiu-se

então a Salvador, onde começou estudar Medicina, curso em que ficou pouco tempo, por se considerar sem qualquer aptidão para as exigências teóricas e práticas de tal profissão. Mudou-se para o Rio de Janeiro, então capital do Império, e se matriculou em Engenharia, na Escola Politécnica. Lá também não encontrou afinidades a um mundo de números, cálculos e medidas. Disse: *“Eram muitas equações, cálculos e busca por exatidões, para quem ia se reconhecendo como um humanista.”*

Após essas frustrações em busca de cursos superiores que pensou pudessem lhe trazer conforto emocional e social, mirou no Curso de Direito. Nele se matriculou e, como desdobramento, abraçou um horizonte eclético e um mar de criatividade múltipla nas áreas das humanidades. Fez da Filologia e da História suas parceiras de vida até o ano de sua morte.

Como precisava se sustentar, dedicou-se ao jornalismo. Partilhou o exercício profissional, na forma como se fazia àquela época, com expoentes da cultura brasileira, como Quintino Bocaiúva, José do Patrocínio e Sílvio Romero, que se tornaram seus amigos. No jornal *A Semana*, onde escrevia artigos de opinião e sobre filologia, conviveu com Machado de Assis. Estava, portanto, incluído no caldo mais expressivo da elite intelectual do Rio de Janeiro, então capital do Brasil.

João Ribeiro colaborou com os principais periódicos nacionais de então. Entre eles *O País*, *Correio do Povo*, *Revista Sul-Americana*, *Semana*, *O Imparcial*, *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Brasil* e *Estado de São Paulo*. Entre 1907 e 1914, sucedeu Ramiz Galvão na direção do festejado *Almanaque Garnier*.

Nesse período, como informam os estudos sobre Historiografia Brasileira, foi responsável pelo espírito de renovação impresso ao *almanaque*.

Além do trabalho em jornais, que lhe propiciou um efetivo e providencial aperfeiçoamento da escrita, trabalhou como oficial de secretaria da Biblioteca Nacional, cargo que lhe permitiu mergulhar na leitura de vasta e múltipla literatura.

Casado com Maria Luíza de Fonseca Ramos, teve uma prole numerosa de 16 filhos, dos quais sobreviveram apenas oito - o que era usual no século XIX, no Brasil. Como patriarca, precisava muito obter renda para prover sua família que crescia ano a ano. Decidiu, portanto, também se dedicar ao magistério. Foi professor em colégios particulares e no consagrado Colégio Pedro II, para o qual prestou concurso na cadeira de Língua Portuguesa. Aprovado em segundo lugar, foi contratado de forma provisória. Três anos depois, saiu a sua nomeação, todavia para a cadeira de História Universal, à qual se dedicou com extremo profissionalismo, tendo, em decorrência, se apaixonado por temas históricos.

Em razão de suas atividades de leitor compulsivo e estudioso metuculoso da Língua Portuguesa e da História, desdobrou-se na publicação de livros de Filologia e de História, que o credenciaram a ocupar uma vaga da Academia Brasileira de Letras, após o falecimento de Luís Guimarães Júnior, em 1889.

Entre suas polissêmicas publicações, considero citar: *Dicionário Gramatical*, de 1889; *História do Brasil*, de 1901; *Estudos Filológicos*, de 1902; *Compêndio de História da Litera-*

tura Brasileira, de 1909; *História Universal*, de 1912; *História da Civilização*, de 1932.

Seu livro *História do Brasil* foi, por muitos à época, considerado apenas um manual; entretanto alcançou grande sucesso, pois, de acordo com estudos de historiografia brasileira, expressou uma visão holística e renovada da trajetória histórica da jovem nação brasileira. Editado em três volumes, respectivamente para os ensinos primário, médio e superior, foi adotado como livro necessário pela elite intelectual da época, embora o primeiro Curso Superior de História só viesse a ser criado no Brasil, na década de 1930, na Universidade de São Paulo. Dos três volumes, o que alcançou maior sucesso foi exatamente o dedicado ao curso superior. Chegou ao número de 12 edições.

Em resposta às críticas que o consideravam superficial, por ser muito didático, escreveu:

“Ninguém, antes de mim, delimitou os focos de irradiação da cultura e civilização do país; nenhum dos nossos historiadores ou cronistas seguiu outro caminho que o da cronologia e da sucessão dos governadores, caminho seguro, mas falso em um país cuja história se fazia ao mesmo tempo por múltiplos estímulos em diferentes pontos.”

Penso poder inferir que sua visão sobre como escrever a História de uma nação projetou-o como historiador de ofício antes mesmo do reconhecimento e da consolidação da História como área profissional. Reafirmo com tranquilidade: foi homem de seu tempo e historiador além de seu tempo.

Existem, em uma perspectiva ampla, considerado o longo período situado entre a última metade do século XIX e os últimos decênios do século XX, três grandes escolas com abordagens filosóficas, teóricas e metodológicas sobre a construção do conhecimento da História.

A escola positivista, que consagrou parâmetros já experimentados pelas obras históricas precedentes, mas sistematizados no pensamento de Auguste Comte. Este autor, ao final do século XIX, deu estatura profissional à História. O Positivismo, considerando-se herdeiro do Iluminismo, entendia ser a História uma ciência dedicada a apresentar, como fundamento do seu conhecimento, um movimento retilíneo, evolutivo, em direção ao futuro e ancorado em datas e cronologias exatas. Seus principais objetos de estudos são as instituições e os grandes vultos da História. Afirma que a verdadeira História é neutra e sustentada em pesquisa arquivística oficial.

A Marxista, que tem como fundadores Karl Marx e Friedrich Engels. Datando também do século XIX, compreende que a História tem um caráter estrutural de fundamento econômico, pois é um contínuo processo de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção. Seus principais conceitos são: mais valia; materialismo histórico; materialismo dialético; infraestrutura; superestrutura. No século XX, ganhou grande expressão, principalmente na Inglaterra, em decorrência das pesquisas e publicações realizadas por notáveis historiadores, como Edward Palmer Thompson (E. P. Thompson), Eric Hobsbawm e Christopher Hill. Em

outros países da Europa, nos campos da Ciência Política, da Filosofia, da Sociologia e da Economia, esta corrente teórica provinda do século XIX encontrou importantes intelectuais adeptos, alguns tidos como frutificadores e atualizadores do marxismo original. Entre eles, o húngaro Gyorgy Lukács, o italiano Antonio Gramsci e o belga Ernest Mandel.

Já a Escola dos Annales foi fundada, na França, por Marc Bloch e Lucien Febvre, em 1929. Os Annales revolucionaram a pesquisa, a metodologia, os objetos e a abordagem a serem adotadas pelos historiadores. São quatro as suas fases:

a da sua fundação, em 1929, quando foi lançada a Revista dos Annales, que colidiu com os pressupostos do Positivismo ao ampliar os conceitos de objetos, de pesquisa e de sujeitos da História;

a segunda fase é marcada principalmente pela atuação de Fernand Braudel, tendo como referência cronológica o período de 1946 a 1968, enfatizando grandes temas, como os demográficos, o das civilizações e o da longa duração;

a terceira fase, iniciada por volta de 1968, incorpora em sua abordagem questões referentes às mentalidades, os comportamentos, os silêncios, as sensibilidades, os imaginários. Apresenta uma característica mais plural. Seus mais notórios historiadores são Jacques Le Goff e Pierre Nora;

e, finalmente, a quarta fase, bem destacada, de certa forma, por ter reabilitado a história política ao incorporar à sua abordagem ampla base social e cultural, com os temas das espacialidades, dos sujeitos coletivos, as análises de discursos, as oralidades e identidades, as linguagens, com a sobrevalori-

zação da História Cultural e a inclusão da História do Tempo Presente.

Considero que, em diálogo com a Ciência Política, a perspectiva desta quarta fase consiste em meu principal campo de atuação como historiadora que, contudo, entende que a longa duração é sempre pilar indiscutível da História. Seus principais expoentes, entre muitos que poderiam ser nomeados, são George Duby, Jacques Revel e Pierre Rosanvallon. Dentro dessa última e relevante variável historiográfica teórica, despontam alguns traços de similaridade com os escritos de João Ribeiro, mesmo que o nosso historiador, ora homenageado, tivesse vivido e escrito em tempo muito mais distante. Trata-se do diálogo, mesmo que sutil, especialmente com a linguagem, aproximando, em alguma medida, distintas e distantes gerações de historiadores.

De fato, a Escola dos Annales, em todas as suas fases e sem deixar de considerar as divergências teóricas entre seus historiadores, revolucionou as abordagens históricas tradicionais e elaborou uma renovada forma de pensar a construção histórica a partir de interrogações e problemas sobre determinada época e determinado espaço. Considera todas as atividades humanas plenas de historicidade, abandona a história política convencional, amplia o escopo dos documentos históricos para além das fontes oficiais e incorpora, com força determinativa, a interdisciplinaridade.

Mas todos podem perguntar qual razão que me impulsionou a explanar, ainda que de maneira muito sintética, so-

bre as principais correntes teóricas da História, para saudar João Ribeiro. As razões são muitas, porém algumas delas merecem maior explicitação.

Embora, à época de atuação de João Ribeiro no Brasil, predominasse uma orientação positivista de pesquisa e escrita da História, pode-se constatar que ele alçou voos, que podem ser considerados, de alguma forma, próximos às propostas da Escola dos Annales. Tal consideração não desconhece o fato de a Revista dos Annales ter sido fundada em um tempo muito adiante do da publicação dos seus três volumes de História do Brasil.

Em sua dupla atuação como historiador e professor, desdobrou-se e fez uso da cultura literária e estética que foi acumulando desde a sua infância, quando se debruçava sobre enciclopédias francesas importadas por seu avô e sobre almanaques que muito o atraíam. Busco em minhas próprias palavras, escritas em livro de minha autoria, *História Oral - memória, tempo, identidades*, pequeno trecho, que considero possa ser aplicado às suas motivações:

Os historiadores são movidos por um imperativo ético que os motiva a contribuir para o impedimento de que a memória histórica se desvaneça e de que as identidades se percam no fluir inexorável dos tempos contínuos e também dos descontínuos. Ao se dedicarem à tarefa de fazer afluir o passado, em diferentes versões e de analisá-lo da maneira a mais consistente possível, buscam cumprir uma função social de especial relevância: fazer do saber histórico tanto fundamento do conhe-

cimento do passado como da projeção do futuro e, além disso, empenhar-se para diminuir o impacto do consumo diuturno do esquecimento e da perda de identidades.

Vários são os qualificativos aplicados a João Ribeiro e sua capacidade incansável de se debruçar sobre diferentes áreas do saber: múltiplo, polígrafo, polissêmico, eclético, erudito, culto.

Mas o historiador João Ribeiro foi muito mais do que uma pessoa letrada. Foi um dos construtores intelectuais da brasilidade e assim o fez pelo fato de, ao escrever sobre a História do Brasil, incorporar em seu texto diferentes matizes: culturais, geográficas, filológicas, literárias, econômicas e políticas. Com inspiração na filologia, concertou uma linha de análise fundamental à construção da identidade de um povo: linguagem e memória histórica.

Tais diálogos essenciais ao raciocínio histórico interrelacional eram novidade naqueles anos em que o positivismo se ocupava em destacar somente indivíduos, fatos, cronologia retilínea, política oficial e instituições como fundamentos históricos.

João Ribeiro fez diferente desse cânone positivista e, assim, a sua escrita aproxima-se - embora sem opção expressa e conhecimento sistematizado para tanto - não exatamente do estilo, porém, sim, do conteúdo de relevantes escolhas teóricas e metodológicas da Escola dos Annales, com destaque para a interdisciplinaridade. Tal fato o alçou para além das orientações historiográficas do final do século XIX e dos

primeiros 30 anos do século XX, por tornar ainda mais sólida a carreira de um escritor que fazia da literatura em diálogo com a História uma seiva inspiradora de expressivo vigor e fertilidade.

Nacionalista quando jovem, ao ganhar envergadura internacional, em razão de diferentes viagens e distintos tempos de moradia na Europa, encontrou na Alemanha, pátria de importantes filósofos, condições de disciplina, aprofundamento e difusão da vida cultural, modelo do que considerava serem fundamentos necessários à cultura de uma nação.

Ao seu nacionalismo originário acrescentou influências europeias e construiu em seu sentir forte amargura, pois o Brasil que idealizava era bem diferente do Brasil real.

Após sua despedida, em 1934, seu filho, Joaquim Ribeiro, e Múcio Leão, seu biógrafo, dedicaram-se a continuar atualizando e reeditando parte dos livros do grande humanista brasileiro que foi João Ribeiro.

Em um salto no tempo, tarefa prazerosa e estimulante para quem se dedica ao estudo e análise de estruturas, conjunturas e contextos, viajarei do final do século XIX e primeiras décadas do século XX para a atualidade. Aqui buscarei tecer, em outra rede de muitas variáveis entrelaçadas, o elogio biográfico e afetivo a Carlos Fernando Mathias, a quem tenho o desafio de suceder na cadeira de número três desta Academia, hoje aqui reunida.

Na vida acontecem fatos que ficam marcados na memória das pessoas, por diferentes razões. Não cabe aqui analisar

tal processo, mas um fato inusitado marcou nossa chegada a Brasília. No dia da posse do meu marido como Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, ao fim da solenidade e início da festa que se seguiu no mesmo prédio, entramos no elevador. Éramos Mauricio, eu, o Nuncio Apostólico de Brasília e um senhor que se apresentou para nós. Tratava-se do Doutor Carlos Mathias. Aconteceu o inusitado para aquela circunstância. O elevador enguiçou. Parou, e nós que lá estávamos, inclusive para diminuir a tensão, pois chegara o momento dos cumprimentos, pusemo-nos a conversar. Assuntos corriqueiros, mas Doutor Carlos Mathias, com simpatia acolhedora, muito nos confortou enquanto aflitos esperávamos o conserto do elevador.

Ali nasceu uma amizade cordial. Amizade que cultivamos conforme a rotina da vida possibilita. Sempre que nos encontrávamos ríamos muito ao lembrar do elevador quebrado e da fila imensa de cumprimentos com a qual nos deparamos quando ficamos livres daquele pequeno recinto claustrofóbico.

Tenho o costume de repetir um pequeno trecho que li, escrito pelo psicanalista Carl Gustav Jung. Dizia ele algo assim: *na vida não existem coincidências, mas sincronicidades*. Tenho pensado muito sobre a sincronicidade ou, em outras palavras, sobre a coincidência significativa. E não sem razão. Como se explica que, anos depois, minha eleição para a Academia Brasileira de Letras e minha posse se concretizam exatamente para a vaga do acadêmico Carlos Mathias? Como brasileira que sou, não me furto aos pensamentos religiosos

sincretistas ou mesmo aos espiritualistas. Em alguns momentos pergunto-me em silêncio: qual o significado desse fato? Adoraria encontrar a resposta no mundo das espiritualidades. Mas assim não acontece. Reforço tê-la encontrado no conceito psicanalítico de sincronicidade de Carl Jung.

Sinto grande respeito pelas pessoas que são humanistas. Tanto no sentido social como no que concerne à sua mais profunda individualidade. Carlos Fernando Mathias foi uma pessoa ética, generosa, solidária, racionalista e culta. Foi um humanista no sentido literal da palavra. Um humanista do mundo contemporâneo, que soube atualizar os valores do Renascimento, difundidos por pensadores e escritores como Gil Vicente, Miguel de Cervantes, Erasmo de Roterdã, William Shakespeare, Dante Alighieri, além de pensadores do Iluminismo, como Rousseau, Voltaire, d'Alembert, Montesquieu, Locke e Kant, todos trazidos ao tempo contemporâneo.

Ser humanista não somente exige cultivar os valores da generosidade e da solidariedade, mas também abraçar a racionalidade e a cientificidade como núcleo do pensar e do ser.

Procuro ser humanista, no sentido abrangente que incorpora temas sociais. Esse é um ideal que me impulsiona desde muito jovem. Acredito e defendo os valores da ciência e do conhecimento, e, como ideal de vida, procuro contribuir para torná-los acessíveis a todos os seres humanos. Vontade e tarefa que excedem minha capacidade individual, mas que podem, em algum tempo, contribuir para que a igualdade de oportunidades não seja somente um discurso, mas algo realizável.

Não consigo mensurar, como pessoa, o quanto alcancei nesse objetivo de vida. Mas dele não desisto. Sinto grande alegria - aquela que, como disse, é esteio da vida - quando reconheço em alguém as qualidades primordiais do antropocentrismo.

Carlos Fernando Mathias nasceu no Rio de Janeiro, lá cresceu e se formou em Ciências Sociais e Direito pela Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro. Não satisfeito com sua formação e sempre em busca de aprimorar seus conhecimentos, quando já morava em Brasília, cursou Relações Internacionais na UnB. E com a determinação dos ávidos por conhecimento e saber, ingressou em diferentes cursos de aprimoramento profissional jurídico e de direitos humanos. Destacam-se os que cumpriu em Roma, pelo Ministério da Graça e Justiça da Itália; em Washington, pelo *Federal Judicial Center*; em Haia, onde aprimorou seus conhecimentos em Direito Internacional; igualmente na França, sobre proteção ao meio ambiente, na Universidade de Limoges e na Escola Nacional da Magistratura (Paris/Bordeaux). Penso, portanto, ser legítimo afirmar que o conhecimento na área das humanidades foi a força motriz de sua formação e atuação profissional.

Juiz Federal indicado em lista sêxtupla pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, fez de sua carreira um baluarte de defesa de autores, compositores e artistas de diferentes matizes. Decorre dessa sua destacada experiência profissional a edição do livro *Direito Autoral*, que muito o

engrandeceu, ao ponto de ser homenageado por seus pares mediante a organização e publicação da obra *Propriedade Intelectual: estudos em homenagem ao Ministro Carlos Fernando Mathias de Souza*. Trata-se de livro coordenado por Eduardo Salles Pimenta, reunindo a colaboração de muitos autores e admiradores.

Ao ofício de escritor acrescentou também as seguintes obras, aqui selecionadas nesta importante homenagem: *História do Direito Luso-Brasileiro*, em parceria com Rui de Figueiredo Marcos; e *Direito Autoral: legislação básica*.

Em sua atuação na defesa dos direitos autorais, acabou por se encontrar com um letrista consagrado da minha querida Minas Gerais. Trata-se de Fernando Brant, genial e sensível parceiro de Milton Nascimento em inúmeras composições do Clube da Esquina, que fazem a alma estremecer perante tamanha beleza.

Já se passaram anos do dia em que ouvi o próprio Fernando Brant falar em uma conferência sobre a questão dos direitos autorais. Mas, por alguma razão, partes do que contou ficaram guardadas no recôndito da minha memória. Uma delas se tornou lembrança ativada pelo desafio de saudar o intelectual Carlos Mathias.

Novamente recorro a texto de minha autoria que afirma: *Tal como apreender a amplidão do passado é um desafio para o ser humano, ativar a memória, posto que, além de incomensurável, é mutante, atualizada e permeada por significados do ontem e do hoje.*

O processo rememorativo pode ser ativado por fatores externos como canções, sabores, fotografias, cartas, músicas e, até mesmo, desafios. Assim aconteceu comigo no que se refere a Carlos Mathias. Um dos nomes que guardei, ao ouvir Fernando Brant, foi exatamente Carlos Mathias, tempos atrás, muitos anos atrás. Eis aqui nova vivência de sincronicidade.

Carlos Mathias, além de advogado e magistrado, tendo alcançado em sua carreira os graus de desembargador e Ministro do Superior Tribunal de Justiça, também foi professor universitário nos Cursos de Direito da UnB e do UNICEUB. Uma vez mais com ele me identifico, pois fiz, com profundo orgulho, da carreira de professora universitária de História e Ciência Política, uma das melhores e maiores razões do meu viver.

Minha tarefa nesta noite festiva não foi fácil, pois ambos os acadêmicos a quem presto homenagem, cada um em seu tempo, foram pessoas que abraçaram a multiplicidade profissional com gosto, competência e prazer.

Busco inspiração no conceito de letramento de Magda Becker Soares, pedagoga e professora emérita da Universidade Federal de Minas Gerais, para qualifica-los, a ambos, como homens letrados que, além de fazerem da leitura e da escrita companheiras de vida, tornaram-nas difusoras do conhecimento e da beleza do conhecer e, com a humildade dos sábios, sempre mais querer conhecer.

Ao finalizar minha saudação não poderia deixar, como sempre faço, de externar meu profundo amor e gratidão ao

meu pai, Roberto de Almeida Neves, general de carreira que foi democrata por opção e convicção. Com ele, que me educou com esmero, respeito e dedicação cotidiana, colhi exemplos de dignidade, superação do sofrimento e de profundas adversidades.

Com ele aprendi mais do que conhecimentos formais que, com certeza, me impulsionaram na vida.

Aprendi a ser amada e a amar.

Muito obrigada!

ACADEMIA BRASILIENSE DE LETRAS - ABrL

Quadro Acadêmico e Patronos

Marcos Vinícios Vilaça
Cadeira I (Alberto Torres)

Max Telesca
Cadeira II (Antônio de Alcântara Machado)

Lucília de Almeida Neves Delgado
Cadeira III (João Ribeiro)

Alberto Bresciani
Cadeira IV (Eduardo Prado)

Francisco Ferreira de Castro
Cadeira V (Euclides da Cunha)

Danilo Gomes
Cadeira VI (Tomás Antônio Gonzaga)

Rossini Corrêa
Cadeira VII (Joaquim Nabuco)

Luiz Gutemberg
Cadeira VIII (José Lins do Rego)

José Carlos Brandi Aleixo
Cadeira IX (Augusto dos Anjos)

Roberto Rosas
Cadeira X (Da Costa e Silva)

Carlos Henrique Cardim
Cadeira XI (Farias Brito)

Adirson Vasconcelos
Cadeira XII (Vicente de Carvalho)

Cristovam Buarque
Cadeira XIII (Manuel Antônio de Almeida)

Napoleão Valadares
Cadeira XIV (Artur Azevedo)

Arnaldo Godoy
Cadeira XV (Machado de Assis)

Paulo Castelo Branco
Cadeira XVI (Gonçalves Dias)

Ana Maria Lopes
Cadeira XVII (José de Alencar)

Ronaldo Costa Fernandes
Cadeira XVIII (Cláudio Manuel da Costa)

Fabio de Sousa Coutinho

Cadeira XIX (Castro Alves)

Hugo Napoleão

Cadeira XX (Sílvio Romero)

Afonso Ligório

Cadeira XXI (Rui Barbosa)

José Sarney

Cadeira XXII (Simões Lopes Neto)

Thiago Aguiar de Pádua

Cadeira XXIII (Aluísio Azevedo)

Edmílson Caminha

Cadeira XXIV (José Veríssimo)

Tania Rebelo Costa Serra

Cadeira XXV (Graça Aranha)

João Carlos Taveira

Cadeira XXVI (Cruz e Sousa)

Ronaldo Costa Couto

Cadeira XXVII (Raul Pompéia)

José Jeronymo Rivera

Cadeira XXVIII (Olavo Bilac)

Alaor Barbosa

Cadeira XXIX (Hugo de Carvalho Ramos)

Valdir de Aquino Ximenes

Cadeira XXX (Monteiro Lobato)

Gilmar Duarte Rocha

Cadeira XXXI (Graciliano Ramos)

Carlos Ayres Britto

Cadeira XXXII (Mário de Andrade)

Dom Raymundo Damasceno Assis

Cadeira XXXIII (Jorge de Lima)

Anderson Braga Horta

Cadeira XXXIV (Álvares de Azevedo)

Marcus Vinícius Furtado Coelho

Cadeira XXXV (Coelho Neto)

José Alberto Couto Maciel

Cadeira XXXVI (Joaquim Manuel de Macedo)

Margarida Patriota

Cadeira XXXVII (Raimundo Corrêa)

Vaga

Cadeira XXXVIII (Raul de Leoni)

Heitor Martins

Cadeira XXXIX (Martins Pena)

Victor Alegria

Cadeira XL (Afonso Arinos)